Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Superintendência Federal de Agricultura no Pará

RELATÓRIO DE GESTÂO – Exercício 2007

Belém, Fevereiro de 2008

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Reinhold Stephanes

Secretario Executivo

Silas Brasileiro

Secretario de Defesa Agropecuária

Inácio Afonso Kroetz

Secretario de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

Márcio Antônio Portocarrero

Secretario de Política Agrícola

Edílson Guimarães

Secretario de Produção e Agroenergia

Manoel Vicente Fernandes Bertone

Secretario de Relações Internacionais do Agronegócio

Célio Brovino Porto

SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARÁ - SFA/PA

Superintendente

Ademir Conceição Carvalho Teixeira

Assistente da Superintendência

Adriróseo Raimundo Alves dos Santos

Seção de Suporte Técnico-Operacional e de Comunicação Social

Herdimir Moreira

Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA

Bernadete Oliveira Alves

Divisão de Apoio Administrativo – DAD

Patrícia Milena Torres Raiol

Serviço de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF

Abilmar Ferreira da Silva

Seção de Atividades Gerais - SAG

Fernando Sérgio Coelho

Seção de Recursos Humanos – SRH

Luiz André Veríssimo

Divisão Técnica – DT

Milton Leite Alves da Cunha

Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA

Wilda Silveira Pinto Pacheco

Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG

Jesus Nazareno Magalhães de Sena

Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG

Pedro Paulo da Costa Motta

Serviço de Política de Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG

Otávio César Durans de Oliveira

Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO

Jacauna de Andrade Lopes

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO

1 - IDENTIFICAÇÃO

2 – RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1 – Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas

3 - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

4 - GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

4.1. – Programas

4.1.1 – Dados Gerais dos Programas

4.1.1.2 – Principais Ações dos Programas

4.1.1.3 – Gestão das Ações

4.1.1.3.1 – Dados Gerais das Ações

4.1.1.3.2 - Resultados

5 – DESEMPENHO OPERACIONAL

6 – CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UG OU GRUPO DE UNIDADES AFINS (CONFORME ANEXOS II E X DA DN-TCU – 85/2007)

Anexo A – Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN – TCU – 85/2007)

Anexo B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN – TCU – 85/2007)

Anexo C – Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I- 1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007).

Anexo D – Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Anexo E – Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item 1.3 do Anexo X da DN-TCU- 85/2007)

Anexo F – Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadorias e pensão praticados no exercício (ítem 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2005)

Anexo XX da portaria 323/2008

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

APRESENTAÇÃO

Registra-se, no presente Relatório de Gestão, elaborado pela Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA com apoio da Divisão Técnica, de maneira sucinta e objetiva as atividades executadas pela Superintendência Federal de Agricultura no estado do Pará – SFA/PA no decorrer do exercício de 2007.

As ações da Superintendência foram realizadas com base no planejamento estabelecido para o exercício 2007, consubstanciados nos Programas constantes do Plano Plurianual do Governo Federal – PPA para o quadriênio 2004-2007 e nas diretrizes emanadas pelo órgão central, cujas ações e metas estão focadas no usuário cidadão.

Pretende-se com este documento ressaltar a execução física e financeira dos Programas e Ações a cargo desta superintendência, para posterior análise e avaliação, objetivando dar conhecimento do que em 2007 foi realizado em prol da agropecuária estadual, mediante a participação e supervisão da SFA/PA.

Finalizando, a concretização do trabalho aqui registrado somente foi possível em razão do decisivo apoio dos órgãos centrais do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, bem como da atuação dos que compõem a força de trabalho desta SFA/PA.

A todos, indistintamente, os nossos agradecimentos.

1 - IDENTIFICAÇÃO

Objetivos:

A Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Foi criada pela Lei Delegada nº 09 de 11/10/1962, tendo suas atuais atribuições definidas pela Portaria Ministerial nº 300, de 16/06/2005.

Integrada à Missa Institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, a missão da SFA/PA caracteriza-se por compatibilizar a sua ação para o alcance do objetivo.

MISSÃO DO MAPA
Promover o Desenvolvimento Sustentável e a competitividade do Agronegócio em benefício da Sociedade Brasileira

Os objetivos e Metas estabelecidos para o exercício estão alinhados ao texto do Plano Plurianual 2004-2007 que, com jurisdição no âmbito do estado e competência regimental, executa os programas e ações do PPA, via gerenciamento dos Planos Internos (Pis) – desenvolvidas por meio de atividades e ações de defesa agropecuária, fomento e desenvolvimento agropecuário, infra estrutura rural, cooperativismo e associativismo rural, administração de recursos humanos e de serviços gerais, programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados e aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.

Dados Identificadores da Unidade Gestora

Tabela 1

Nome completo da Unidade e Sigla	Superintendência Federal de Agricultura no Pará – **SFA/PA**
Natureza Jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo – **UD**
Vinculação Ministerial	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - **MAPA**
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data da publicação no Diário Oficial da União	Portaria de nº 300, de 16 de junho de 2005, as SFAs, unidades descentralizadas, diretamente subordinadas ao Ministro de Estado, consoante orientações técnicas dos Órgãos específicos singulares e das Subsecretarias de Assuntos Administrativos e de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva.
CNPJ	00.396.895/0016-01
Nome e Código no SIAFI	Superintendência Federal de Agricultura no Pará – **130094**
Código da UG titular do Relatório	1 130094
Código das UGs abrangidas	

Endereço completo da sede	Avenida Almirante Barros, 5384 – Castanheira - Belém/PA CEP: 66610-000 Fone: (91) 3214.8697 Fax: (91) 3231.5878	
Endereço da página Institucional na Internet	**gab-pa@agricultura.gov.br**	
Situação da UG. Quanto ao funciona - Mento	On-line	
Função de Governo predominante	Administração	
Tipo de Atividade	Fiscalização	
Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI	**Nome**	**Código**
	SFA/PA	130094

2 – RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1 – Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA exerce reconhecida liderança no setor agropecuário e quase sempre se faz presente nos principais acontecimentos e discussões promovidos pelos órgãos públicos e setores privados ligados direta e/ou indiretamente às questões da agropecuária do estado e da região, contribuindo sobremaneira para o crescimento e desenvolvimento sustentável de maneira ordenada e com adoção de tecnologias específicas e comprovadas pelas pesquisas, com isso propiciando meios para construção de uma sociedade mais justa.

O universo de atuação (jurisdição) da Superintendência Federal de Agricultura no Pará corresponde à totalidade do território da unidade da Federação, podendo haver alteração desse limite mediante ato do Ministro de Estado.

O Estado do Pará possui uma área geográfica de 1.247.689,515 km2 e uma população total estimada em mais de 7.000.000 de habitantes, distribuídos em 143 municípios, e seu agronegócio emprega diretamente mais de 800.000 pessoas no estado (sem levar em conta os empregos indiretos), em um total de mais de 223.000 propriedades.

As atribuições da área técnica da SFA/MAPA/PA são definidas no Anexo I da Portaria Nº 300, DE 16 DE JUNHO DE 2005, sendo que as atividades ali descritas podem ou não ser desenvolvidas, dependendo do cenário da produção agropecuária do Estado, das demandas setoriais e dos acordos internacionais do quais o Brasil é signatário.

As atividades finalísticas são realizadas por meio da Divisão Técnica – DT/SFA-PA, a qual tem a responsabilidade coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades da área técnica, a qual é composta por 05 (cinco) Serviços Técnicos, cuja atividade será sumarizada abaixo:

Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/DT-PA

No contexto atual do agronegócio, diversas variáveis contribuem para o sucesso ou insucesso dos empreendimentos. Entre estes, um tem obtido grande destaque: a sanidade Agropecuária.

Com o advento da globalização e o conseqüente aumento do comércio internacional, houve também um aumento nos riscos de introdução de pragas dos vegetais e doenças dos animais, exóticas, implicando em perdas de produtividade, aumento de custos de produção e possibilidade criação de barreiras sanitárias nos países compradores, com conseqüente perda de mercado.

As diretrizes gerais para o comércio internacional de produtos agropecuários são definidas em normativas de organizações internacionais, sendo que para o SEDESA/DT-PA duas são as mais importantes: a Organização Mundial de Saúde Animal – OIE e a Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais – CIPV.

Assim, em harmonia com as diretrizes internacionais e com as normas brasileiras o SEDESA/DT-PA trabalha com programação, controle, orientação, promoção e execução das atividades de vigilância zoossanitária e vigilância fitossanitária, atividades que permitem conhecer e melhorar o *status* sanitário do Estado do Pará, bom como na prevenção, controle, profilaxia e combate das doenças dos animais e das pragas dos vegetais. Além disso, supervisiona e audita a aplicação de medidas de defesa sanitária animal e vegetal quando executadas pelo Órgão Estadual de Defesa Agropecuária, com vistas a evitar a disseminação de doenças e pragas. Participa também em ações de educação zoofitossanitária;

Dentre as ações realizadas nesta área destacam-se o Programa de Erradicação da Febre Aftosa, onde o Estado do Pará já obteve o reconhecimento nacional e internacional para 43 municípios como Área Livre de Febre Aftosa com vacinação, além dos programas de prevenção da BSE (Encefalopatia Espongiforme Bovina, mais conhecida como o mal da vaca-louca) e da Tuberculose e Brucelose onde se procede o cadastro, credenciamento e capacitação de profissionais específicos, sem vínculo com a administração pública, para execução de atividades de sanidade agropecuária como emissão de certificados sanitários ou fitossanitários e guias ou permissão de transito de animais ou vegetais, na forma da legislação específica e para execução de atividades de saúde animal e vegetal no vários municípios do estado . Estas atividades são fundamentais para um estado que possui um plantel de cerca de 18.500.000 bovídeos (43% do rebanho da Região Norte) distribuídos em mais de 80.000 propriedades.

O SEDESA/DT-PA atua no Programa de Sanidade Avícola que implica no cadastramento de propriedades avícolas, mapeamento e monitoramento de rotas de aves migratórias com vistas a prevenir a introdução no Brasil do vírus responsável pela Influenza Aviária (conhecida pelo público como “gripe do frango”), doença letal para aves e mamíferos, inclusive o homem. O plantel de galináceos do Estado do Pará é da ordem de 12.600.000 aves (cerca de 43% da Região Norte).

Na área vegetal, duas ações merecem destaque especial: O plano Emergencial de Erradicação da Mosca da Carambola e o Programa da Sigatoka Negra no Estado do Pará;

Do ponto de vista legal, as pragas dos vegetais se classificam em Pragas Regulamentadas e Não Regulamentadas. O MAPA dedica a maior parte de seus esforços às primeiras, embora a depender da importância possa trabalhar com as não regulamentadas.

As Pragas Regulamentadas podem ser classificadas em Quarentenárias Ausentes (A1), Quarentenárias Presentes (A2) e Não-quarentenárias Regulamentadas, sendo que o conceito de “quarentenária” implica em inexistência da mesma no território brasileiro, no todo ou em parte, e no seu grande potencial de dano econômico no caso de introdução e estabelecimento;

A Mosca da Carambola é uma Praga Quarentenária Presente (A2) que até o início do ano de 2007 estava restrita ao Estado do Amapá. Com a detecção do primeiro foco em território paraense e diante da ameaça internacional de imediato fechamento de importantes mercados internacionais de frutas com o conseqüente prejuízo de vários milhões de dólares, foi iniciada a aplicação de um plano de contingência que consumiu até o presente momento, mais de R$ 500.000,00 em recursos, tendo uma relação custo benefício altamente favorável uma vez que permitiu a eliminação do foco, estando agora na expectativa da decretação de oficial de “foco erradicado”.

A Banana é um dos alimentos mais importantes da mesa dos paraenses, além de uma importante fonte de renda para o agronegócio estadual. O Pará tem uma área plantada de 43.000 ha e uma produção anual de mais de 151.000 toneladas, o que corresponde à cerca de R$ 170.000.000, sendo o maior produtor da região Norte (55%) e um dos produtores mais importantes do país. Durante mais de cinco anos, em função da presença em nosso estado da praga quarentenária A2 “Sigatoka Negra”, introduzida em 1999, o Pará fora impedido de comercializar sua produção com outros estados. Em função das medidas preconizadas no Programa de Prevenção e Controle da Sigatoka Negra, em especial o Sistema Integrado de Mitigação de Risco de Praga, tornou-se possível que os produtores de banana e helicônias

comercializem sua produção em direção a outras unidades da federação e até para o mercado internacional.

Diversas atividades do SEDESA/DT-PA são realizadas de forma direta, como por exemplo a emissão de Autorizações de Exportação e Importação e demais procedimentos que envolvam o mercado internacional. No Entanto, uma vez que grande parte das ações de Defesa é delegada ao Órgão Estadual de Defesa Agropecuária, o SEDESA/DT-PA coordena, supervisiona e realiza fiscalização e auditoria da execução de campanhas sanitárias ou fitossanitárias executadas mediante convênios e acordos, participa na certificação sanitária e fitossanitária de propriedades livres, monitoradas e controladas, em inquéritos sanitários, orientando, acompanhando e controlando a aplicação das normas zoossanitárias que disciplinam o trânsito interestadual e internacional de animais, produtos e derivados de origem animal e de materiais genético animal, de vegetais, partes de vegetais e de seus produtos, quando da ocorrência de pragas regulamentadas ou doenças na região de origem. Estas ações são especialmente importantes, por exemplo, na manutenção do status sanitário da febre aftosa e no impedimento da introdução e estabelecimento de Pragas Quarentenárias presentes em outras unidades da federação tais como cancro cítrico, pinta preta dos citros, morte-subita dos citros, vespa da madeira e outras que estão presentes no sul e sudeste do país, de modo a proteger os 13.000 ha de citros plantados no Estado,e sua produção de mais de cerca de 200.000 toneladas de frutas que gera uma renda anual de cerca de R$ 78.000.000, bem como evitar a saída de outras pragas, como a Mosca-negra-dos-citros em direção às outras unidades da Federação onde a mesma não esta presente.

Além de todas estas atividades o SEDESA/DT-PA instrui processos administrativos decorrentes de infrações, de acordo com a legislação específica, procedendo a devida notificação.

Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/DT-PA

O SEFAG/DT-PA tem, em termos simples, a função de, por meio das ações da Fiscalização Federal Agropecuária previstas na Portaria 300/2005, garantir a qualidade e em certos casos, promover o uso correto, dos insumos ofertados no Estado do Pará. Neste contexto a expressão *insumos* se refere, na área vegetal, aos fertilizantes, corretivos, inoculantes, biofertilizantes, sementes de todos os tipos, mudas e plantas matrizes, agrotóxicos (incluindo seus componentes e afins). Na área animal a expressão diz respeito ao material genético animal (sêmen, embriões, matrizes), alimento para animais, medicamentos de uso veterinário, vacinas, etc.

A produtividade agropecuária é função direta da qualidade dos insumos utilizados. Boas sementes, adubos e corretivos na formulação correta, embriões de boa qualidade são fundamentais na produção agropecuária.

Os números do agronegócio estadual e nacional justificam a necessidade da atuação da SFA/PA. Por exemplo, a produção de grãos do Estado do Pará já supera a casa de 1.200.000 Toneladas/ano. Culturas permanentes como citros, já mencionado, pimenta-do-reino e outros, bem como os dados da fruticultura e da produção de dendê (1.031.000 toneladas em 2007), mostram o crescimento daquelas atividades, e a necessidade de atenção do Governo Federal.

Cabe ao SEFAGT/DT-PA fazer a manutenção da base de dados do RENASEM (Registro Nacional de Sementes e Mudas) no Estado do Pará, onde já se encontram registrados mas de 300 propriedades.

Outros produtos, como os agrotóxicos, combinam por um lado sua grande utilidade, chegando s ser imprescindíveis na produção, mas apresentam grandes riscos para o produtor e para o consumidor final. Pela Lei de Agrotóxicos, cabe ao MAPA somente a fiscalização da *produção* de agrotóxicos, não de sua comercialização. Assim, a atuação do MAPA no Pará se restringe às atividades orientativas e à articulação com o Governo do Estado no sentido de se promover o cumprimento da legislação em vigor. No entanto, as empresas que realizam tratamento quarentenários no trânsito internacional de produtos vegetai, seus produtos e subprodutos são alvo das ações fiscais do SEFAG/DT-PA

Em outros casos, como nos OGM – Organismos Geneticamente Modificados, sua utilização segura depende do avanço do conhecimento científico e de se seguirem as normas de biossegurança e deve ter aprovação específica para seu uso e cultivo. Cabe ao SEFAG/DT-PA fiscalizar o uso de sementes de plantas transgênicas no Estado do Pará.

Em alguns casos o trabalho do SEFAG/DT-PA complementa o de outros serviços da SFA, por agir em segmentos das cadeias produtivas não cobertos por outras áreas. Como exemplo pode-se citar a fiscalização de alimentos para animais que busca, entre outras coisas impedir que se use proteína de origem animal na alimentação de ruminantes, uma vez que esta é a principal forma de disseminação da Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE), o mesmo se dando com a fiscalização de atividades relacionadas com o registro genealógico, as competições turfísticas e hípicas.

Serviço de Inspeção De Produtos Agropecuários – SIPAG/DT-PA

As atividades do SIPAG/DT-PA têm como ponto focal as agroindústrias, onde as ações da Fiscalização Federal Agropecuária visam a implementação, manutenção e aperfeiçoamento

de procedimentos de boas práticas no processamento dos produtos agropecuários a fim de se obter os níveis de conformidade higiênico-sanitários necessários à proteção da saúde do consumidor interno e ao atendimento das exigências do mercado internacional, evitando a dispersão de zoonoses tais como brucelose, tuberculose, salmonelose, listeriose, de contaminantes como micotoxinas e outros produtos nocivos à saúde humana e animal e potencialmente presentes nos alimentos, ao mesmo tempo trabalhando no sentido de que os produtos agropecuários atendam as normas de identidade e qualidade, protegendo o consumidor interno e externo contra abusos e fraudes.

O SIPAG/DT-PA trabalha nas cadeias produtivas da carne e derivados, do peixe e derivados, do leite e derivados, do mel, nas polpas de frutas, nas bebidas, na classificação vegetal e na elaboração de normas e padrões de identidade e qualidade de produtos e colabora em campanhas de educação sanitária e eventos específicos que têm como objetivo promover a qualidade de produtos regionais, como a Castanha-do-Brasil e a Mandioca.

O trabalho é feito basicamente de duas formas: a primeira é a chamada Inspeção Sanitária, onde um Fiscal Federal Agropecuário, de forma permanente ou periódica, realiza nas agroindústrias as atividades previstas na Regulamentação Federal de Inspeção Sanitária Industrial. A outra maneira consiste na realização de fiscalizações e auditorias periódicas e adoção de outros mecanismos previstos nas normas.

Com o advento do SUASA (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária) a responsabilidade pela execução das atividades poderá ser dividida com as unidades da Federação e com os municípios, desde que sejam atendidos os requisitos legais, cabendo ao MAPA, na posição de Instância Central e Superior do Sistema coordenar, supervisionar, normatizar e auditar o sistema.

Visando maximizar a eficácia da ações, o SIPAG/DT-PA tem realizado ações conjuntas envolvendo Ministério Público, forças policiais públicas (Federal e Estadual), PROCON e outros órgãos visando coibir a clandestinidade e as fraudes econômicas sempre presentes em nosso Estado.

No panorama atual do agronegócio nacional, a atividade do SIPAG atingiu um nível de importância sem precedentes, tanto pelo aumento das exigências do mercado internacional, como pela maior conscientização do consumidor interno. De nada adianta o Brasil possuir altos índices de produtividade no campo, possui grandes diferenciais competitivos e comparativos, como sol, água, solo em abundância, sem investimentos pesados em suas

agroindústrias e nos sistemas oficiais de fiscalização, inspeção e certificação oficiais bem como em sua rede laboratorial.

Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária - VIGIAGRO/DT-PA

Diferentemente das outras atividades na SFA as atividades de vigilância sanitária agropecuária de animais, vegetais, insumos, inclusive alimentos para animais, produtos de origem animal e vegetal, e embalagens e suportes de madeira importados, em trânsito aduaneiro e exportados pelo Brasil, são de responsabilidade privativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e, exceto em casos excepcionais, não é efetuada delegação de competência.

A missão do VIGAGRO em âmbito nacional descreve muito bem a importância daquela atividade: *"Estar em permanente alerta para promover a vigilância agropecuária internacional, impedindo a introdução e a disseminação de pragas e agentes etiológicos de doenças que constituam ou possam constituir ameaças à agropecuária nacional, de forma a garantir a sanidade dos produtos e a qualidade dos insumos agropecuários importados e exportados.".*

Assim como as demais Serviços Técnicos da SFA-PA, o trabalho do VIGIAGRO/DT-PA é realizado em harmonia com as normas internacionais emanadas da Organização Mundial de Saúde Anima – OIE, Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais – CIPV e *Codex Alimentarius*. Estas normas no todo ou em parte foram internalizadas nos atos normativos do Brasil e se somam às leis e decretos preexistentes, alguns datando da década de 1930. Além disso os procedimentos foram compilados no Manual de Procedimentos Operacionais do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional - VIGIAGRO, que tem como objetivo consolidar em um único instrumento as normas e diretrizes que regulamentam a fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais, seus produtos e subprodutos, derivados e partes, resíduos de valor econômico e insumos agropecuários disponibilizando aos Fiscais Federais Agropecuários e aos usuários do Sistema, uma ferramenta para orientar e harmonizar os procedimentos bem como agilizar a liberação das mercadorias nos portos organizados, aeroportos internacionais, aduanas especiais e postos de fronteira, por meio de uma fiscalização eficiente e eficaz.

No Estado do Pará, a estrutura operacional do VIGIAGRO consiste em um Serviço de Gestão e 04 (quatro) Unidades de Vigilância Agropecuária - UVAGRO que estão respectivamente no Porto de Belém, no Aeroporto Internacional de Val-de-Cans em Belém, no Porto de Vila do Conde em Barcarena e no Porto de Santarém, no oeste do estado.

A atividade consiste em fiscalizar as cargas de produtos agropecuários e/ou suas embalagens quando feitas em madeira, acompanhadas ou não, que entram no País e Certificar as cargas que se destinam ao mercado internacional conforme as especificações normativas e as exigências do mercado internacional.

O VIGIAGRO/DT-PA atua muitas vezes como braço operacional dos Serviços Técnicos da SFA (SEDESA, SEFAG, SIPAG) realizando atividades regidas por normas emanadas dos Órgãos Específicos Singulares do MAPA, e afetas especificamente às atividades daqueles serviços.

Assim, um novo procedimento de exportação de bovinos para a Venezuela, por exemplo, é emitido na Secretaria de Defesa Agropecuária, por meio do Departamento de Saúde Animal, o qual gerencia em âmbito nacional as atividades dos SEDESAs. Porém, esta atividade será pelo menos em parte, operacionalizada pelo VIGIAGRO/DT-PA no momento da saída dos animais.

O VIGIAGRO/DT-PA trabalha estreitamente associado aos outros órgãos e empresas que atuam no comércio internacional, tais como Receita Federal, IBAMA, ANVISA, INFRAERO, Polícia Federal e CDP e outros.

Entre os principais produtos destinados ao mercado internacional que exigem certificação estão a madeira, pimenta do reino e bovinos, couro e castanha do Brasil.

Em resumo, pode-se dizer que o VIGIAGRO é a primeira linha de Defesa, quando o assunto é evitar a introdução de doenças dos animais e pragas dos vegetais no país.

Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG/DT-PA

Este Serviço foi criado para preencher um especo vazio que existia entre as ações de Política e Desenvolvimento Agropecuário em Brasília e o que ocorre nas Unidade da Federação, de modo que hoje é por meio do SEPDAG/DT-PA que se dá a representação da SFA/PA no diversos fóruns que discutem políticas publicas de desenvolvimento regional do agronegócio, o que inclui câmaras setoriais e temáticas, Conselho Estadual do Agronegócio e outros.

As ações do SEPDAG/DT-PA pela sua característica multidisciplinar dependem para sua boa realização de estreita aproximação com as outras áreas da SFA, de modo a perceber quais as ações na área de políticas públicas que, se implementadas, contribuem para o pleno alcance dos objetivos propostos nos diversos programas PPA.

Cabe também ao SEPDAG/DT-PA a análise e instrução de processo de convênio, resultantes de emendas parlamentares, e fiscalizar a aplicação dos recursos.

No Estado do Pará uma das atividades de maior destaque foi o incentivo à produção orgânica do Estado do Pará. Foi criada a Comissão Estadual da Produção Orgânica que têm tido um papel ímpar no desenvolvimento desta atividade, promovendo diversos eventos, como a Semana da Produção Orgânica, cursos e seminários, dias de campo, de modo a propiciar a difusão do conhecimento técnico e as vantagens do consumo de alimentos orgânicos.

3 – ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA, dentro do PPA 2004-2007, tem sob sua responsabilidade um programa de apoio e sete programas finalísticos abrangendo vinte e três ações.

O programa de apoio tem por fim custear despesas de funcionamento da sede e unidades – Santarém e Alenquer.

Considerando que a ação deste programa tem um limite orçamentário pré-estabelecido para o exercício, há que se ressaltar a dificuldade de gestão do mesmo, vez que os contratos de apoio operacional, limpeza/conservação e vigilância detêm 63% da dotação liberada, ficando apenas 37% para as custear despesas com energia, telefone, manutenção de veículos, combustível, imprensa nacional e outras, inclusive de deslocamento da área meio e gabinete.

Visando o apoiamento da manutenão da Unidade, a Coordenação Geral de Apoio às Superintendências – CGAS liberou no final do exercício recursos na ação e/ou PI SFA1 para suprir necessidades vitais ao desempenho. Entretanto, tal liberação foi uma situação atípica, sem características de continuidade.

Sendo assim, e, considerando que para o exercício de 2008,quatro UTRAS (Unidade Técnica Regional) foram criadas nos município de Santarém, Altamira, Redenção e Paragominas e, considerando ainda que há três exercícios (2005;2006 e 2007), o limite orçamentário destinados às Superintendências não sofreu alteração de valor, registramos que a não revisão deste limite para 2008, implicará num aumento de dificuldade operacional.

É oportuno salientar que foram feitas 934 diárias, das quais 220 aproximadamente ou 24,1% tiveram o deslocamento iniciado ou terminado em finais de semana, haja vista que a maioria tratou-se de reuniões, cursos, seminários ocorridos em outras Unidades da Federação, cujo início deu-se às 8:00h da segunda feira, havendo portanto a necessidade do deslocamento ocorrer no domingo ou, em se tratando de encerramento na sexta feira às 189:00h, não havendo vôo após este horário. Com relação ás viagens terrestres dentro do

estado, o retorno no sábado e às vezes no domingo prende-se ao fato de, na maioria das vezes tratar-se de apoiamento a produtores rurais, cuja disponibilidade para reuniões é geralmente aos sábados.

Anexo, via meio magnético, a relação das ocorrências de diárias em finais de semana.

Com relação a área fim, a SFA/PA é composta por cinco serviços, responsáveis pela execução dos Programas de Governo, os quais atuam nas áreas de inspeção animal e vegetal, fomento agropecuário, defesa sanitária animal e vegetal, vigilância agropecuária e política agrícola. Abaixo estão descritos as estratégias de atuação das áreas citadas:

Política e Desenvolvimento Agropecuário: considerando a equipe de três Fiscais Federais Agropecuários, as demandas advindas do setor privado e as propostas pelas

Coordenações Gerais das Secretarias deste Ministério em Brasília o SEPDAG vem atuando de forma mais sistemática na organização e capacitação de agentes atuantes em produção orgânica de alimentos e nas ações voltadas para o fomento e indicação geográfica. Em ambos os programas a estratégia adotada pelo SEPDAG consistiu em divulgar estes dois programas do Ministério, capacitar agentes para atuarem nestes programas, organizar o setor produtivo, e levantar informações referentes a indicadores destes dois programas. A equipe do SEPPAG se fez presente e colaborou com a realização ainda em diversos eventos relacionados ao desenvolvimento agropecuário como workshops, reuniões técnicas de credito rural, câmaras setoriais, etc.

Inspeção Animal: As ações foram executadas estabelecendo-se prioridades. No setor de ***pescado***, foram as verificações de conformidade com as normas existentes, de modo a garantir a inocuidade dos produtos elaborados, como também, o atendimento às exigências internacionais pelos estabelecimentos exportadores. Quanto as dificuldades encontradas, há que se ressaltar que apenas um fiscal federal atuou nas fiscalizações no decorrer do exercício. Ressalta-se ainda a dificuldade encontrada no uso do cartão corporativo, vez que as viagens em geral são de barco ou de balsa, onde não é aceito o cartão na opção débito ou crédito, tendo a necessidade circunstancial de usá-lo para saque. O setor está encontrando dificuldades, também, em cumprir as exigências legais no que se refere a análises laboratoriais oficiais.

O setor de ***carnes*** desenvolveu suas atividades com a fiscalização de estabelecimentos com registro no SIF – Serviço de Inspeção Federal visando a garantia de cumprimento de normas sanitárias, para segurança do consumidor. Encontra, também, dificuldade de operacionalização em razão da falta de pessoal para suprir a demanda.

Na área de leite, o serviço trabalhou em parceria com órgão de defesa do consumidor e polícia militar para coibir a clandestinidade no fabrico de queijo e impedir a venda no mercado de produto impróprio para o consumo, além das atividades rotineiras.

Fomento Agropecuário: Têm ações de fiscalização de insumos agrícola, serviços agropecuários, insumos destinados à alimentação animal. Dentre as ações, cabe o enfoque da fiscalização de sementes e mudas pelo apoiamento direto aos produtores cadastrados.

Defesa agropecuária: As ações de defesa sanitária, tem execução direta do serviço e via convênio celebrado com o órgão de defesa sanitária no estado (ADEPARÁ), mediante supervisão da SFA/PA.

A dimensão geográfica exige estratégias apropriadas e uma infraestrutura que permita uma adequada capacidade e eficácia no sistema de vigilância. Os postos estão instalados em locais que possibilitam a adequada fiscalização do trânsito que ocorre entre determinadas regiões e nas fronteiras com outros estados. No caso do Trânsito interestadual de Animais e seus produtos, a execução se dá com auditorias nas unidades locais de assistência veterinária e postos de controle de trânsito. No caso do controle de Trânsito interestadual de vegetais e seus produtos, a execução se dá via supervisão das ações delegadas. Em havendo dificuldade operacional, a exemplo do que ocorreu em 2006, realiza-se um Plano de Contingência conjuntamente com a ADEPARÁ, sob assessoramento do Departamento de Sanidade Vegetal – DSV. Ressalta-se que as dificuldades operacionais são muitas, citando na oportunidade a dificuldade encontrada para as ações continuadas no município de Monte Dourado no que diz respeito a abastecimento de veículos, visto que por não ter contrato, há a necessidade de se abastecer por meio de suprimento de fundos, esbarrando no impeditivo legal para tal abastecimento por tratar-se de ação continuada.

Vigilância Agropecuária: O atendimento é feito em três unidades: Porto de Belém, Porto de Santarém, Vila do Conde e Aeroporto de Belém. O produto trabalhado é ***"partida inspecionada"*** , cuja dificuldade gira em função das grandes flutuações que ocorrem no comércio internacional, principalmente de produtos agropecuários, quais sejam: taxas de câmbio, barreiras tarifárias, barreiras fitozoosanitárias e condições de clima influenciando positiva ou negativamente na produção agropecuária.

O Serviço de Vigilância Internacional deve ser contínuo e ininterrupto, principalmente nos locais que oferecem risco constante de entrada de pragas e doenças no país, como é o caso dos aeroportos internacionais, em função do fluxo constante de passageiros.

de vigilância tende a se intensificar em virtude da consolidação do Pará com exportador de grãos e da entrada em funcionamento do maior complexo brasileiro de exportação de grãos em Vila do Conde em 2008. Com isso, o serviço terá dificuldades operacionais considerando que a força de trabalho continua a mesma.

4 – GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

A SFA/PA tem sob sua responsabilidade um programa de apoio e quatorze programas finalísticos, dentre os quais serão descritos a seguir os principais.

4.1 – PROGRAMAS

0750 – PROGRAMA DE APOIO

Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

0357 – SEGURANÇA FITOZOOSSANITÁRIA NO TRÂNSITO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Tem como proposta evitar a entrada de pragas e doenças exógena no estado, bem como preservar as áreas livres e os sistemas produtivos regionais da disseminação interna de agentes biológicos nocivos, via identificação dos pontos de risco do trânsito de produtos agropecuários e controlar as entradas.

0354 – DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA – PROFRUTA

A fruticultura brasileira responde pela terceira maior produção de frutas frescas do mundo, sendo sua pauta de produção caracterizada pela extensão e diversidade, incluindo aí as chamadas frutas exóticas como a graviola, cupuaçu, açaí, seriguela, sapoti dentre outras espécies. Esforços do ***PROFRUTA*** priorizam ações para qualificação de técnicos e gestores da cadeia frutícola, em estratégicas áreas temáticas, abrangendo os principais pólos do País.

0359 – DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA

O Brasil possui um dos maiores rebanhos do mundo. Apesar do grande potencial gerador de renda e emprego, os índices de produtividade são baixos. Há a necessidade de incrementar a pesquisa e o desenvolvimento para alterar essa situação.

O desenvolvimento de programas de melhoramento zootécnico, alicerçado em técnicas de inseminação artificial e transferência de embriões constitui a forma mais eficaz

para promover a melhoria dos sistemas de produção e, conseqüentemente da cadeia produtiva do leite. Porém, o aumento da produtividade e da competitividade do setor somente será possível se, associado a isso, houver rigoroso controle da incidência de doenças dos animais e melhoria na tecnologia utilizada.

0371 – DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA

A competitividade no setor de aves a nível internacional exige que o Brasil e, conseqüentemente o Pará, mantenha a cadeia de avicultura bem articulada e provida de todos os meios para suplantar a concorrência internacional, incluindo a disponibilidade de novas tecnologias.

0375 – QUALIDADE DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS

A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessário uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

1225 – DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA

A agricultura orgânica, atualmente, é desenvolvida, em maior ou menor intensidade, por mais de 130 países que produzem uma larga variedade de produtos orgânicos, podendo-se dizer que para cada produto convencional existe um versão orgânica. A produção orgânica representa uma forma de reduzir a dependência de recursos não renováveis, evitar o impacto negativo do uso de fertilizantes e pesticidas sintéticos, preservar a diversidade biológica dos ecossistemas naturais. Os produtos orgânicos não podem ser diferenciados dos produtos convencionais pela sua aparência, mas pela forma como é produzido e processado. Daí a necessidade de certificação que possa dar garantias ao consumidor.

0356 – SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

O programa visa assegurar a inocuidade e melhoria da qualidade dos produtos e alimentos de origem animal e vegetal objetivando a adequada proteção do público consumidor, bem como, assegurar a competitividade da agroindústria brasileira, tanto para o comércio nacional como internacional.

4.1.1 – DADOS GERAIS DOS PROGRAMAS

Tabela 2

Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo	Apoio Administrativo
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente do Programa	A definir
Gerente Executivo	A definir
Indicadores ou parâmetro utilizado	Não há indicador para este programa
Público Alvo	Governo

Programa 0357 – Segurança Fitozoosanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários

Tipo	Finalístico
Objetivo Geral	Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kretz
Gerente Executivo	Oscar de Aguiar Costa Filho
Indicadores ou parâmetro utilizado	Taxa de conformidade no controle de fronteiras
Público Alvo	Produtores e comerciantes de produtos agropecuários

Programa 0354 – Desenvolvimento da Fruticultura - PROFRUTA

Tipo	Finalístico
Objetivo Geral	Elevar padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerido pelo mercado internacional
Gerente do Programa	Marcio Antônio Portocarrero
Gerente Executivo	Luiz Carlos Bhering Nasse
Indicadores ou parâmetro utilizado	Área cultivada com fruticultura, quantidade de exportação de frutas, taxa de participação das exportações brasileira no mercado mundial de frutas, valor das exportações de frutas.
Público Alvo	Agentes da cadeia frutícolas, produtores, processadores, distribuidores, atacadistas, varejistas, técnicos, pesquisadores, gestores, traders, população de pólos frutícolas e consumidores finais.

Programa 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura

Tipo	Finalístico
Objetivo Geral	Elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kretz
Gerente Executivo	Jorge Caetano Júnior
Indicadores ou parâmetro utilizado	Produtividade leiteira bovina, taxa de desfrute de bovinos, taxa de erradicação da

	febre aftosa em bovinos, taxa de obtenção de peles bovinas de primeira qualidade, taxa de transferência de embriões.
Público Alvo	Criadores de gado de leite e de corte, indústrias do ramo de laticínios e de frigoríficos

Programa 0371 – Desenvolvimento da Avicultura

Tipo	Finalístico
Objetivo Geral	Elevar a performance dos rebanhos avícolas mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas
Gerente do Programa	Edílson Guimarães
Gerente Executivo	João Antônio Fagundes Salomão
Indicadores ou parâmetro utilizado	Peso médio de carcaça de aves, taxa de controle da doença de Newcastle nos plantéis avícolas e Valor das exportações de aves
Público Alvo	Produtores e industriais das aviculturas, produtores e comerciantes de produtos de uso veterinário.

Programa 0375 – Qualidade de Insumos Agropecuários

Tipo	Finalístico
Objetivo Geral	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtos
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente Executivo	Álvaro Antônio Nunes Vieira
Indicadores ou parâmetro utilizado	Taxa de conformidade de corretivos agrícolas, taxa de conformidade de fertilizantes agrícolas, taxa de conformidade de inoculantes e taxa de irregularidade de defensivos agrícolas.
Público Alvo	Agricultores e estabelecimentos produtores e comerciais de insumos agropecuários

Programa 1225 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico

Tipo	Finalístico
Objetivo Geral	Aumentar a oferta de produtos orgânicos e sua exportação
Gerente do Programa	Márcio Antônio Portocarrero
Gerente Executivo	Rogério Pereira Dias
Indicadores ou parâmetro utilizado	Taxa de participação dos alimentos orgânicos no total da produção agropecuária brasileira
Público Alvo	Produtores, processadores, distribuidores e consumidores

Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Tipo	Finalístico
Objetivo Geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas, correlatos ofertados aos usuários

Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente Executivo	Ângela Pimenta Peres
Indicadores ou parâmetro utilizado	Número de estabelecimentos com sistema de análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC), número de estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário e taxa de conformidade na produção de alimentos e bebidas
Público Alvo	Cadeia agropecuária: produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsa e consumidor final.

4.1.1.2 – Principais Ações dos Programas

A SFA/PA tem sob sua responsabilidade, três ações vinculadas a área meio e vinte e três ações finalísticas, as quais serão descritas a seguir as principais.

Área Meio

- Manutenção da Unidade – **MANUTPA**

Área FIM

- **2180-** Vig. e Fiscaliz. do Trânsito Internacional de Vegetais e seus produtos – **FISCPLANTA**
- **2181-** Vig.e Fiscaliz.do Trânsito Internacional de Animais e seus produtos – **FISCANIMAL1**
- **2134-**Vig. e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus produtos – **VIGIFITO**
- **2139 –** Vig. e Fiscaliz. do Trânsito Interestadual de Animais e seus produtos – **VIGIZOO1**
- **4742 –** Prevenção e controle da Sigatoka Negra – **SIGATOKA**
- **4804 –** Prevenção e controle de Pragas na Fruticultura – **CPFRUTI 1**
- **4770 –**Erradicação do Cancro Cítrico – **ERRADIC**
- **4738 –** Erradicação da Mosca da Carambola – **ERRADMOSCA**
- **4842 –** Erradicação da Febre Aftosa – **FEBREAFTOSA**
- **4807 –** Prevenção, controle e erradicação das doenças da Bovideocultura – **PCEBOV 1**
- **4766 –** Controle e erradicação da Tuberculose e Brucelose – **TUBERBRUCE**
- **4771 –** Controle e prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina – **VACALOUCA**
- **4801 –** Prevenção, controle e erradicação das doenças da Avicultura – **PCEAVE**
- **2019 –** Fiscalização de Material Genético Animal – **FISCGENE**
- **2124 –** Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal – **FISCINAN**
- **2140 –** Fiscalização de produtos de uso Veterinário – **FISPROVET 1**
- **2179 –** Fiscalização de Sementes e Mudas – **FISCALSEM**

- **2141 –** Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – **FISFECOI**
- Organização e capacitação de agentes atuantes na Agricultura Orgânica – **ORGORGAN**
- **2145 –** Inspeção Industrial e Sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal – **INSPANIMAL2**
- **2131 –** Insp. de bebidas, vinagres, café e outros prods. de origem vegetal – **IPVEGETAL**
- **4746 –** Padronização e Classificação de Produtos Vegetais – **PADCLASSIF**
- **4780 -** Fiscalização contra a fraude e a clandestinidade de produtos de Origem Agropecuária – **FISCFRAUDE**

4.1.1.3 - Gestão das Ações

4.1.1.3.1 – Dados Gerais das Ações

2180 – Vig. e Fiscaliz. do Trânsito Internacional de Veg. e seus produtos – FISCPLANTA

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Impedir a entrada no país de praga de vegetais oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, como também, garantir a fitossanidade de produtos nacionais e sua exportação.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos fronteira no país por meio da análise documental e da inspeção de partidas de vegetais, produtos e subprodutos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Unidades Executoras	Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	VIGIAGRO/SDA
Coordenador nacional da Ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Responsável pela execução da ação no nível local	Maria Joana Baia Brito

Ação 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus produtos - FISCANIMAL

Dados gerais da Ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação, no país, de doenças de animais e seus produtos, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e a saúde da população
Descrição	Vigilância e controle zoosanitário em portos, aeroportos, postos de fronteiras e estações aduaneiras interiores, tanto nas importações como nas exportações de produtos animais
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA

Unidades Executoras	Vigilância Agropecuária/Divisão Técnica – VIGIAGRO/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	VIGIAGRO/SDA
Coordenador nacional da Ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Responsável pela execução da ação no nível local	Líbio Peixoto

2134 – Vig. e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus produtos – VIGIFITO

Dados gerais da Ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Impedir a entrada no país de praga de vegetais oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, o meio ambiente e a saúde da população, como também, garantir a fitossanidade de produtos nacionais e sua exportação.
Descrição	Elaboração de Normas, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e muncipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Sanidade Vegetal – DSV/DAS
Unidades Executoras	SEDESA/DT/PA
Área responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Sanidade Vegetal - SDV
Coordenador nacional da Ação	José Geraldo Baldini Ribeiro
Responsável pela execução da ação no nível local	Carlos Alberto Carvalho de Moraes

2139 – Vig. e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus produtos – VIGIZOO 1

Dados gerais da Ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos re - Banhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como Livres causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de Normas, coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoosnitário do trânsito de animais no território nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/DAS/CEV
Unidades Executoras	SEDESA/DT/PA
Área responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Sanidade Animal – DAS
Coordenador nacional da Ação	Luiz Felipe Ramos de Carvalho
Responsável pela execução da ação no nível local	Benedito Fiel da Costa

4742 – Prevenção e Controle da Sigatoka Negra – SIGATOKA

Dados Gerais da Ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Elevar a produtividade e diminuir os custos de produção de banana e da disseminação da sigatoka negra
Descrição	Levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação de estabelecimentos de barreiras fitossanitárias, edição de normas, Portairas, IN etc.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Unidades Executoras	SEDESA/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Sanidade Vegetal - DSV
Coordenador nacional da Ação	José Geraldo Baldini Ribeiro
Responsável pela execução da ação no nível local	Maélcio Oliveira Souza

4804 – Prevenção e Controle de Pragas na Fruticultura – CPFRUTI 1

Dados gerais da Ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Garantir a sanidade na fruticultura
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteiras do país por meio da analise docu - mental e da inspeção de partidas de vegetais, produtos e sub-produtos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades Executoras	SEDESA/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Sanidade Vegetal - DSV
Coordenador nacional da Ação	José Geraldo Baldini Ribeiro
Responsável pela execução da ação em nível local	Maélcio Oliveira Souza

4770 – Erradicação do Cancro Cítrico – ERRADIC

Dados gerais da Ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Elevar a produtividade, as exportações e a geração de emprego e renda da cadeia citrícola
Descrição	Realização de levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação, adoção de barreiras fitossanitáiras e elaboração de normas
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária- DAS
Unidades Executoras	SEDESA/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Sanidade Vegetal – DSV
Coordenador nacional da ação	José Geraldo Baldini Ribeiro

Responsável pela execução da Ação no nível local	Maélcio Oliveira Souza

4738 – Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA

Dados gerais a Ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de Frutas, por meio da erradicação da mosca Bactrocera Carambolae e da garantia de sanidade vegetal em todo território nacional.
Descrição	Monitoramento,fiscalizaçãofitossanitária, capacitação técnica eeducação sanitária
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades Executoras	SEDESA/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Sanidade Vegetal – DSV
Coordenador nacional da Ação	José Geraldo Baldini Ribeiro
Responsável pela execução da ação no nível local	Carlos Alberto Carvalho de Moraes

4842 – Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFTOSA

Dados gerais da Ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e Erradicar a doença dos circuitos pecuário norte, objetivando o acesso do produtor nacional ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das propriedades e estratégias, elaboração de normas sanitárias, educação sanitária, unidades de produção (cadastramento), de vacinação, de atendimento a notificação de suspeitas e de controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas, realização de diagnóstico e monitoramento soroepidemiológico, fiscalização sanitária e epidemiológica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gabinete do Ministro – GM
Unidades Executoras	SEDESA/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenador nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Benedito Fiel da Costa

4807 – Prevenção, Controle e Erradicação da doenças da Bovideocultura – PCEBOV1

Dados Gerais da Ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Reduzir a incidência das doenças da bovideocultura.
Descrição	Prevenção, controle e erradicação que atingem o rebanho bovino nacional com adoção de medidas sanitárias previstas na legislação vigente, treinamento e reciclagem

	dos profissionais em relação às zooneses e as atividades de fiscalização e controle sanitário, biossegurança, sistema produtivos diferenciados e outros temas de interesse à sanidade animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Unidades Executoras	SEDESA/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Sanidade Animal - DSA
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Raimundo Nonato Leal de Souza

4766 – Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose – TUBERBRUCE

Dados gerais da Ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Diminuir o impacto negativo da tuberculose e da brucelose na saúde comunitária, elevar a produtividade dos rebanhos bovinos e remover a competitividade da pecuária.
Descrição	Definição de campanha de vacinação obrigatória contra a brucelose, certificação de propriedades livres e monitoradas para brucelose e tuberculose, credenciamento e capacitação de médicos veterinários, padronização de métodos e fiscalização da infra-estrutura laboratorial de diagnose das zooneses, conclusão de diagnósticos epidemiológicos de brucelose e tuberculose em escala nacional, identificação de fatores de risco e implantação dos sistema de vigilância global para brucelose e tuberculose.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Unidades Executoras	SEDESA/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Sanidade Animal – DAS
Coordenador nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Benedito Fiel da Costa

4771 – Controle da raiva dos Herbívoros e prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina – VACALOUCA

Dados gerais da Ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Reduzir e controlar a ocorrência da raiva dos herbívoros, prevenir a entrada da doença da vacalouca no Brasil e prevenir, controlar e erradicar as demais encefalopatias espongiformes transmissíveis
Descrição	Inspeção e fiscalização no processo de rações para animais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Unidades Executoras	SEDESA/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Sanidade Animal – DSA
Coordenador nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques

Responsável pela execução da ação no nível local	Ivo José Xavier do Amorim

4809 – Prevenção, Controle e Erradicação das doençasd da Aicultura – PCEAVE

Dados gerais da Ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Reduzir a incidência de doenças na avicultura.
Descrição	Prevenção, erradicar e controlar as doenças que compõem o Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA, Regis – tro de propriedades, controle sanitário e certificação de núcleos e estabelecimentos produtores de aves no estado, vigilância e erradicação dos focos suspeitos e confirmados de newcastle com adoção de medidas sanitárias previstas na legislação nacional e da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), treinamento e reciclagem dos profissionais em relação às doenças aviárias e as atividades de fiscalização e controle sanitário, biossegurança, cadastro e registro
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades Executoras	SEDESA/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Sanidade Animal – DSA
Coordenador nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Adriana Célia dos Santos da Silva

2019 – Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE

Dados gerais da Ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multi-plicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao au-mento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Registro e fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciais e prestadores de serviços de multiplicação animal verificação de conformidade e análise fiscal de amostras de material genético animal, inscrição e certificação de doadores de material genético animal, conforme requisitos sanitários, zoogenéticos e reprodutivos, elaboração de normas e atualiza-ção de manual de serviços, capacitação de técnico, realização ou participação em eventos técnicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades Executoras	SEFAG/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Departamento de Fiscalização e Insumos Pecuários – DFIP
Coordenador nacional da Ação	Beronete Barros de Freitas Araújo
Responsável pela execução da ação no nível local	Lucas Arruda Filho

2124 - Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal - FISCINAN

Dados gerais da Ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal.
Descrição	Registro e fiscalização de conformidade dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracinadores e comerciantes de ingredientes, rações, concentrado e suplementos, registro de rótulos dos produtos, fiscalização da conformidade mediante realização de análises fiscais, realização de diagnósticos dos componentes utilizados nas formulaçoes de alimentos para bovinos de leite e corte sobre o regime de confinamento,
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades Executoras	SEFAG/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários /DFIP
Coordenador nacional da ação	Fernando Marcussi Tacci
Responsável pela execução da ação no nível local	Nélio Monteiro de Souza

2140 – Fiscalização de produtos de uso veterinário – FISPROVET 1

Dados gerais da Ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário em conformidade com as normas de sanidade, afim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Registro, fiscalização e inspeção de empresas industriais e comerciais de produtos de uso veterinário localizados no país e no exterior e controle de produtos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Unidades Executoras	SEFAG/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários- DFIP
Coordenador nacional da Ação	Marcus Vinicius de Santana Viana Júnior
Responsável pela execução da ação no nível local	Lucas Arruda Filho

2179 – Fiscalização de Sementes e Mudas – FISCALSEM 1

Dados gerais da Ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética
Descrição	Registro, fiscalização e inspeção da produção e da comercialização de sementes e mudas, análise laboratorial de

	amostras coletadas para verificação de atendimento aos padrões estabelecidos, certificação da produção de sêmentes e mudas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Unidades Executoras	SEFAG
Área responsável por gerenciamento ou execução	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas/ DFIA
Coordenador nacional da ação	Agwagner Dutra Alarcão
Responsável pela execução da ação no nível local	Estevam de Oliveira Castelo

2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI

Dados gerais da Ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais
Descrição	Registro e certificação de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes, inspeção e fiscalização sobre a produção e a comercialização dos insumos básicos, realização de reuniões técnicas, cursos, estágios, treinamentos em serviços para capacitação de fiscais, elaboração e revisão de normas relativas à padronização.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Unidades Executoras	SEFAG/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas/ DFIA
Coordenador nacional da ação	José Guilherme Tolestadius Leal
Responsável pela execução da ação no nível local	Ivo Katuji Morikawa

Organização e capacitação de Agentes atuantes na Agricultura Orgânica – ORGORGAN

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Ampliar o nº de técnicos capacitados e dar assistência aos produtores que queiram se inserir no Sistema Orgânico de Produção
Descrição	Realização de seminários, treinamentos e degustações.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC
Unidades Executoras	SEPDAG/DT
Área responsável por gerenciamento ou execução	Deptºde Sistemas de Produção e Sustentabilidade/DEPRO
Coordenador nacional da Ação	Adilson Reinaldo Kososki
Responsável pela execução da ação no nível local	Martha Parry de Castro Martins Nogueira

2145 – Insp. Indus. e Sanitária dos Prods., Subprodutos e derivados de Origem Animal – INSPANIMAL 2

Dados gerais da Ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Garantir a sanidade para o consumo de produtos e sub - produtos de origem animal
Descrição	Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que Abatem animais ou recebem, produzem, manipulem e bene- Ficiam atéria-prima de origem animal, envolvendo a inspe- ção *ante-mortem* e *pos-mortem* dos animais de consumo humano, a fiscalização de produtos industrializados, sub - produtos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de pescados, laticínios, ovos e produtos apícolas, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos interna – cionais para manutenção do Brasil no mercado exportador.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Unidades Executoras	SIPAG/DT/PA
Área responsável por gerenciamento ou execução	Deptº de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA
Coordenador nacional da Ação	Márcio Ribeiro de Freitas
Responsável pela execução da ação no nível local	Cristóvão Morelly de Freitas

2131 – Inspeção de Bebidas, Vinagres, Cafés e outros produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL 1

Dados gerais da Ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Assegurar a adequada identificação, condição higiênica e sanitária e a qualidade tecnológica satisfatória de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal oferta - dos `a população.
Descrição	Registro, inspeção e fiscalização de pontos industriais na - cionais de bebidas, vinagres, café e outros produtos de ori- gem vegetal, como também, análise prévia à importação desses produtos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Unidades Executoras	SIPAG
Área responsável por gerenciamento ou execução	Deptº de Inspeção de Produtos de origem Vegetal – DIPOV
Coordenador nacional da Ação	Graciane Gonçalves Magalhães de Castro
Responsável pela execução da ação no nível local	Francisco Rodrigues Nogueira

4746 – Padronização e Classificação de Produtos Vegetais – PADCLASSIF

Dados gerais da Ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Aferir a conformidade e a qualidade de produtos vegetais
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de produtos vegetais, elaboração de regulamentos técnico para validação de padrões; classificação de produtos para certificação de identidade e qualidade antes de serem colocados à disposição do consumidor.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Unidades Executoras	SIPAG/DT/PA
Área responsável por gerenciamento ou execução	Deptº de Inspeção de Produtos Vegetais - DIPOV
Coordenador nacional da Ação	Fernando Guido Penariol
Responsável pela execução da ação no nível local	José Carlos Barroso Júnior

4780 – Fiscalização contra a fraude e a clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária - FISCFRAUDE

Dados gerais da Ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Combater a falsificação de produtos de origem animal e vegetal e a fraude de ordem econômica
Descrição	Fiscalização do produto acabado (industrial) e de estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade com - prometida.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Unidades Executoras	SIPAG/DT/PA
Área responsável por gerenciamento ou execução	Deptº de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA
Coordenador nacional da Ação	Márcio Ribeiro de Freitas
Responsável pela execução da ação no nível local	Elison Lira de Souza

4.1.1.3.2 – Resultados

A colocação dos resultados será feita a partir do programa de apoio seguido dos serviços responsáveis pela execução dos programas/ações finalísticas, conforme abaixo:

Programa de Apoio

O programa de apoio executou suas atividades dentro do limite fixado para o exercício, que, conforme exposto anteriormente (item 3) enfrentou dificuldades em razão do demanda operacional. O quadro abaixo mostra o desempenho da ação, ressaltando na oportunidade que os recursos descentralizados para apoiamento no PI SFA1 não constam do quadro abaixo.

PI MANUTPA

Natureza de Despesa	Nome	Especificação	Valor (R$)
3390.37.01	Apoio Administrativo	Serviços Terceirizado (contrato)	470.613,70
3390.37.02	Limpeza e Conservação	Serviço Terceirizado (contrato)	378.974,48
3390.37.03	Vigilância Ostensiva	Serviço Terceirizado (contrato)	429.637,20
		Sub-Total	1.279.225,38
3390.30	Material de Consumo	Combustíveis/Lubrificantes e *outros	235.871,93
		Sub-Total	235.871,93
3390.39	Serviços de Terceiros/ P.Jurídica	Correios Telefonia Fixa Energia *Outros	
		Sub-Total	459.056,43
3391.92	Serviços de Terceiros/P.Jurídica	Imprensa Nacional	12.500,00
3390.14.14	Diárias	Deslocamento	43.467,05
3390.33	Passagens	Locomoção	35.882,34
		Sub-Total	79.349,39
3390.92/ 3391.92	Exercícios Anteriores		92.611,75
3390.93	Indenizações e Restituições		2.305,00
	Restos a pagar		41.280,06
Total Geral:			2.160.919,88

*Outros: 3390.30 – Material de Expediente e outros materiais que se fizeram necessários

3390.39 - Manutenção e Conservação de Veículos, de máquinas e equipamentos, etc.

Serviço de Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO

O Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária no Pará pertence ao Sistema VIGIAGRO, que tem como missão **promover a vigilância no trânsito internacional de produtos, garantindo a qualidade dos produtos e insumos agropecuários importados e**

exportados, salvaguardando a saúde animal, a sanidade vegetal, a saúde pública e o desenvolvimento sócio-econômico brasileiro.

Para o cumprimento das ações do Programa, o Serviço de Gestão do VIGIAGRO/PA tem sob sua coordenação 4(quatro) Unidades operacionais, a saber:

1. Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Belém;
2. Unidade de Vigilância Agropecuária do Aeroporto Internacional de Val-de-Cans;
3. Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Santarém;
4. Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Vila do Conde.

Tabela 1: O atendimento do Serviço é feito ainda nos seguintes locais:

UNIDADE	MUNICIPIO	Unidades não oficiais jurisdicionadas
Porto de Belém	Belém	Porto Seco METROBEL Portos de Breves – Ilha do Marajó: Terminais da Robco, Madenorte e Mainardi. Porto de Munguba – Monte Dourado
Porto de Vila do Conde	Barcarena	-
Porto de Santarém	Santarém	Terminal Graneleiro (Cargill)
Aeroporto Internacional de Val de Cans	Belém	*Collis postaux*

Suporte Legal:

A principal referência legislativa que dá suporte às ações do VIGIAGRO é a Instrução Normativa MAPA no. 36/2006 - Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional nos Portos, Aeroportos e Fronteiras, elaborado com base em Leis, Decretos e legislações complementares, emanados pelos Departamentos Técnicos do Órgão Central.

Força de Trabalho:

A força de trabalho do VIGIAGRO/PA conta atualmente com 56 (cinqüenta e seis) colaboradores entre técnicos e auxiliares. Tendo em vista os diversos pontos de ingresso/egresso atendidos, mais suas peculiaridades, o déficit de pessoal localizado no VIGIAGRO/PA é considerável. Conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 2:

CARGO	QUANTIDADE					
	ATUAL			DEFICIT		
	Belém	Santarém	Vila do Conde	Belém	Santarém	Vila do Conde
Fiscal Federal Agropecuário – Engenheiro	08	02	02	04	01	01

Agrônomo						
Fiscal Federal Agropecuário – Médico Veterinário	05	00	00	02	01	01
Técnico de Fiscalização Federal Agropecuária	01	01	00	02	00	01
Auxiliar Operacional em Agropecuária	01	04	00	01	00	01
Auxiliar administrativo(**)	02	01	01	02	01	01
Motorista(**)	01	00	00	01	01	00
Auxiliar de Serviços Gerais(**)	02	00	01	01	02	01
TOTAL	20	08	04	13	05	06
TOTAL GERAL	32			24		

(**) serviço terceirizado.

A fim de otimizar os recursos humanos disponíveis, os Fiscais Federais Agropecuários – Engenheiros Agrônomos localizados em Belém atendem em sistema de rodízio o Porto de Belém, o Porto Seco Metrobel, os Portos de Breves (Robco, Madenorte e Mainardi), Porto de Munguba (Monte Dourado), *Collis postaux* e o Aeroporto Internacional de Belém. O Porto de Vila do Conde tem sua equipe de trabalho e recebe reforços das Unidades de Belém, quando necessário.

Já os Fiscais Federais Agropecuários – Médicos Veterinários, estão praticamente sediados no Aeroporto de Belém e de forma itinerante, deslocam-se em sistema de rodízio para atendimento da fiscalização nos Portos de Vila do Conde e Belém.

Resultados:

Tendo como suporte o Plano Interno FISCANIMAL, esta ação foi planejada no Sistema SIPLAN (MPOG), tendo como indicador de desempenho o produto "Partida Inspecionada". Por definição da Coordenação Geral **Partida Inspecionada** refere-se ao somatório mensal do número de Termos de Fiscalização, Termos de Vistoria, Requerimentos para Inspeção de Embalagem de Madeira e Termos de Fiscalização de Bagagem e Encomenda.

Tabela 3 – MOVIMENTO MENSAL – PARTIDAS INSPECIONADAS – ÁREA ANIMAL - PROGRAMADO E EXECUTADO

12	Meses →	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
PREVISTO	Exportação + Importação	50	50	60	50	60	76	60	70	70	80	50	50	726
SOMATÓRIO PREVISTO CORRIGIDO	Exportação + Importação	60	60	60	60	60	80	100	100	100	100	100	100	980
UNIDADE		EXECUTADO												
Porto de Belém	Exportação	4	3	5	0	13	11	20	32	30	21	20	4	163
	Importação (**)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
'Aeroporto de Belém	Exportação	17	23	22	30	14	29	62	37	39	47	37	18	375
	Importação (*)	26	9	15	18	16	18	33	22	20	22	18	19	236
Porto de Vila do Conde	Exportação	4	0	3	3	4	6	15	9	15	12	7	8	86
	Importação (**)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Porto de Santarém	Exportação (**)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Importação (**)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	51	35	45	51	47	64	130	100	104	102	82	49	860

FONTE: SIPLAN
(*) Movimento dos Termos de Fiscalização de Carga e Bagagem.
(**) Sem movimento.

As metas físicas foram corrigidas no SIPLAN de 726 para 980 partidas inspecionadas, considerando que se esperava iniciar a atividade de controle de embarque no porto e aeroporto de Belém de produtos de origem animal destinados à alimentação. No entanto, não foi possível ainda cumprir esta atividade por uma série de fatores como capacidade operativa, bem como a necessidade de ajuste na rotina com os demais órgãos intervenientes e a falta da infra-estrutura física necessária nesses recintos (câmara fria).

Houve acréscimo de partidas inspecionadas de exportação na área animal, devido ao aumento de bovinos vivos exportados para a Venezuela e Líbano.

Tabela 4: Quadro Resumo do Movimento do Trânsito Internacional – Área Animal

Requerimentos/Despachos		UNIDADES				
		Aeroporto de Belém	Porto de Belém	Porto de Vila do Conde	Porto de Santarém	TOTAL
Requerimentos recepcionados	Importação	02	00	00	00	02
	Exportação	388	174	98	00	660
Termos de Fiscalização emitidos	Importação	236	00	00	00	236
	Exportação	373	163	86	00	622
Termos de Ocorrência emitidos	Importação	167	00	00	00	167
	Exportação	00	00	00	00	00
Termos de Apreensão emitidos	Importação	238	00	00	00	238
	Exportação	00	00	00	00	00
Certificados Zoosanitários emitidos	Exportação	373	174	98	00	645

A seguir, são apresentados os dados qualitativos desta ação que se referem a exportação de animais vivos e produtos de origem animal não destinados à alimentação humana. Constam ainda, os dados de apreensões de produtos de importação proibida ou restrita, detectados por scanner em bagagens de passageiros oriundos de vôos internacionais.

DADOS DE EXECUÇÃO FÍSICA:

Tabela 5 - EXPORTAÇÃO - ÁREA ANIMAL

PRODUTOS CERTIFICADOS - VIGIAGRO/PA – EXERCÍCIO: 2007				
PONTO DE EGRESSO	PRODUTO/ESPÉCIE(*)	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR (US$)
PORTO DE BELÉM	Aparas de couro bovino	457.095,00	Kg	330.031,00
	Bovinos vivos	190.558,00	Und	143.037.489,62
	Couro bovino Wet blue	37.400,00	Kg	228.600,00
	Couro/pele bovino	1.170.620,00	Kg	2.114.039,34

	Pele bubalino salgado	41.000,00	Kg	35.300,00
PORTO DEVILA DO CONDE	Bovinos vivos	219.801,00	Und	132.048.735,33
	Couro/pele bovino	108.550,00	Kg	65.130,00
AEROPORTO DE BELÉM	Canina	51,00	Un	3.600,00
	Felina	2,00	Un	0,00
	Peixe ornamental	441.723	Un	1.128.216,54
TOTAL				

(*) Não estão incluídos no movimento das Unidades os produtos de origem animal que são certificados pelo SIPAG-PA.

Tabela 6 - FISCALIZAÇÃO DA BAGAGEM - VÔOS INTERNACIONAIS
PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL APREENDIDOS COM DESTRUIÇÃO IMEDIATA E ANIMAIS VIVOS LIBERADOS

PRODUTO APREENDIDO	ORIGEM	QTDE (KG)
PESCADOS	Estados Unidos	8,48
	Guiana Francesa	5,88
	Japão	0,70
	Suriname	28,73
EMBUTIDOS	Estados Unidos	0,25
	França	1,10
	Guiana	0,30
	Guiana Francesa	2,85
	Suriname	3,21
LATICÍNIOS	Cabo Verde	1,50
	Colômbia	1,50
	Estados Unidos	22,79
	França	2,15
	Guadalupe	1,40
	Guiana Francesa	34,12
	Martinica	1,70
	Suriname	33,86
	Venezuela	2,50
CARNES	Guiana Francesa	70, 17
	Estados Unidos	6,89
	Japão	0,4
	Martinica	1,26
	Suriname	26,09
PRODUTOS APÍCOLAS	Guiana Francesa	0,5
	Guiana	0,2
OUTROS	China	0,45
	Estados Unidos	0,10
	Guiana Francesa	4,95
Total		193,86
Liberações Efetuadas		
ANIMAIS VIVOS	Guiana Francesa	30 unid

A atividade de fiscalização de bagagem é de extrema importância, tendo em vista o risco de introdução de doenças por meio de produtos de origem animal em trânsito sem autorização do MAPA ou que tenham trânsito restrito.

Capacitação, Participação em Eventos Nacionais e Participação em Grupo/Comissões.

O Sistema VIGIAGRO, pela natureza de suas competências, mantém interface externa com Órgãos que também atuam em suas áreas específicas na fiscalização do trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários (Aduana, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente etc.). Essa interface se dá, dentre outros, por meio de participação em Comissões como o PROHAGE (Portos), COMFEX-BEL e Comissões de Segurança, de Facilitação e Coordenação da INFRAERO (Aeroporto). Estas reuniões são realizadas com periodicidade mensal ou trimestral, conforme definido em seus regimentos internos respectivos.

A interface interna no Sistema se dá pela participação deste Serviço como membro dos Sub-Comitês de Gestão de Portos e Aeroportos, que tem como objetivo harmonizar e apoiar a coordenação nas atividades de controle e harmonização de procedimentos relativos ao trânsito internacional de vegetais, animais, seus produtos, subprodutos e insumos agropecuários.

Sobre capacitação podemos notar que em 2007 houve significativa melhoria na programação pela Coordenação Geral desse produto, isto, decorrente de recomendação do Tribunal de Contas da União, após realização de auditoria no Sistema VIGIAGRO.

A seguir relacionamos os eventos realizados com participação de técnicos do VIGIAGRO-PA:

Tabela 7:

EVENTO	TIPO	N. DE PARTICIPANTES/ CARGO	LOCAL
Inspeção Higiênico-Sanitária de Couros	Capacitação	2 (dois) FFA - MV	Estância Velha – RS
Curso de Formação de Auditores	Capacitação	1(hum) FFA – MV	Brasília – DF
Curso sobre peixes ornamentais	Capacitação	2 (dois) FFA - MV	Manaus – AM
Intercâmbio técnico-operacional	Capacitação	1(hum) FFA – MV	Fortaleza – CE
Reunião do Sub-Comitê de Aeroportos	Representação	1(hum) FFA – MV	Brasília – DF
Auditoria Técnico-operacional (*)	Auditoria	1(hum) FFA – MV	Manaus – AM
Seminário Erro Zero no Despacho	Palestrante	1(hum) FFA – MV	Belém –PA

(*) Recurso da CGV – Não descentralizado.

Tabela 8 - Metas e Resultados da Ação – FISCPLANTA - 2007

Previstas		Realizadas	
Física (*)	Financeira	Física (*)	Financeira
7.000	R$ 103.590,56	6.237	R$ 82.020,69

(*) Partida Inspecionada

Resultados:

Tendo como suporte o Plano Interno **FISCPLANTA**, esta ação foi planejada no Sistema SIPLAN (MPOG), assim como a Vigilância do Trânsito de Animais e seus Produtos, tendo como indicador de desempenho o produto “Partida Inspecionada”, cuja definição já está

devidamente esclarecida no relatório da ação anterior. O planejamento se deu considerando a média executada nos últimos anos, tendo em vista que o serviço é demandado de acordo com o movimento do comércio internacional de cargas e transito de passageiros.

A tabela abaixo demonstra esses dados mensalmente conforme foram programados executados:

Tabela 9 – MOVIMENTO MENSAL – PARTIDAS INSPECIONADAS – ÁREA VEGETAL - PROGRAMADO E EXECUTADO

PARTIDAS INSPECIONADAS		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DES	TOTAL
PREVISTO	Exportação + Importação	700	650	700	800	800	650	600	800	800	800	700	722	8.722
PREVISTO CORRIGIDO	Exportação + Importação	500	600	600	700	800	500	500	600	600	500	600	500	7.000
UNIDADE		EXECUTADO												
Porto de Belém	Exportação (*)	337	306	239	410	443	232	256	315	262	274	174	175	3.423
	Importação (***)	37	33	29	24	38	27	25	36	36	32	46	38	401
Aeroporto de Belém	Exportação	1	7	10	13	8	2	1	4	4	1	3	6	60
	Importação (**)	39	37	35	35	40	49	32	46	18	28	31	14	404
Porto de Vila do Conde	Exportação	99	75	175	87	156	48	87	92	90	99	90	64	1.162
	Importação (***)	15	17	14	22	31	14	21	35	34	21	30	9	263
Porto de Santarém	Exportação	66	55	34	75	46	23	37	59	43	45	21	20	524
	Importação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	594	530	536	666	762	395	459	587	487	500	395	326	6.237

FONTE: SIPLAN
(*) Inclui as partidas inspecionadas nos Portos de Breves, Porto de Munguba e do Porto Seco Metrobel.
(**) Somatório do movimento dos Termos de Fiscalização de Bagagem, Carga e Requerimentos de embalagens de madeira.
(***) Somatório do movimento dos Termos de Fiscalização de carga e Requerimentos de embalagens de madeira

As partidas inspecionadas inicialmente programadas no SIPLAN em número de 8.722 foram ajustadas para 7.000, considerando que estava previsto e foi colocado em prática o cumprimento de norma relativa à certificação de produtos classificados como categoria de risco fitossanitário zero. Com isso, objetivou-se intervir somente nos casos de exigência comprovada do país importador e otimizar a utilização de recursos humanos em número insuficiente, para o atendimento dos diversos pontos de egresso/ingresso de produtos agropecuários.

Tabela 10- Quadro Resumo do Movimento do Trânsito Internacional – Área Vegetal

Requerimentos/Despachos		UNIDADES				
		Aeroporto de Belém	Porto de Belém	Porto de Vila do Conde	Porto de Santarém	TOTAL
Requerimentos recepcionados	Importação	193	438	271	00	902
	Exportação	62	3.691	1.229	559	5541
Termos de Fiscalização emitidos	Importação	191	401	263	00	855
	Exportação	60	3.423	1.162	527	5172
Termos de Ocorrência emitidos	Importação	24	41	26	00	91
	Exportação	00	228	67	16	311

Termos de Apreensão emitidos	Importação	222	00	00	00	222
	Exportação	00	00	00	00	00
Certificados Fitossanitários emitidos	Exportação	51	2.846	1.101	441	4439

Os resultados obtidos desta ação continuam sendo apresentados a seguir por meio dos dados quantitativos relativos à exportação e importação de vegetais e seus produtos, bem como de insumos agropecuários.

DADOS DE EXECUÇÃO FÍSICA:

IMPORTAÇÃO - ÁREA VEGETAL
PRODUTOS COM DESPACHO AUTORIZADO

Tabela 11:

PONTO DE INGRESSO	PRODUTO	QUANTIDADE	UNID	VALOR (US$)
PORTO DE VILA DO CONDE	Fertilizantes	50.725.004,00	Kg	7.061.952,53
	Madeira – Embalagem (**)	412.104,67	Kg	00
PORTO DE BELÉM	Castanha-do-Brasil com casca (*)	20.000,00	Kg	0,00
	Pimenta do reino preta - grão (*)	30.000,00	Kg	0,00
	Malte – torrado	297.000,00	Kg	26.788,40
	Trigo – grão	155.831.566,77	Kg	32.519.319,19
	Madeira – embalagem (**)	2.170.771,23	Kg	0,00
AEROPORTO DE BELÉM	Madeira – embalagem (**)	1.642,00	Kg	0,00
	Dendê – sementes	242.966,00	Un	833.294,47
TOTAL				

(*) Devolução.

EXPORTAÇÃO – ÁREA VEGETAL
PRODUTOS CERTIFICADOS

Tabela 12:

PONTO DE EGRESSO	PRODUTO	QUANT	UNID	VALOR (US$)
PORTO DE VILA DO CONDE	Cacau – amêndoas	15.000,00	Kg	42.876,00
	Castanha do Brasil – sem casca	16.000,00	Kg	71.104,00
	Castanha do Brasil – com casca	182.500,00	Kg	299.288,00
	Madeira	21.554.327,32	Kg	21.851.604,49
	Óleo de palma	420.820,00	Kg	384.345,23
	Pimenta do reino em grão branca	76.000,00	Kg	275.603,25
	Pimenta do reino em grão preta	10.909.025,00	Kg	275.603,25
	Substrato agrícola (fibra de côco)	328.192,00	Kg	162.397,50
PORTO DE BELÉM	Castanha do Brasil - sem casca	1.001.000,00	Kg	3.955.103,60
	Castanha do Brasil - com casca	1.341.250,60	Kg	2.607.184,09

	Cravo-da-índia	11.000,00	Kg	25.300,00
	Fava de cumaru	16.000,00	Kg	462.657,00
	Guaraná – grão	226,22	Kg	200,00
	Madeira	915.237,394	M3	162.122.802,35
	Madeira – trabalhada	40,00	Kg	44.900,00
	Madeira – móveis	3.015,00	Kg	7.670,11
	Óleo de palma	84.730,00	Kg	104.424,25
	Palmito em conserva	103.848,00	Kg	622.395,00
	Pimenta do reino em grão branca	438.000,00	Kg	1.487.972,90
	Pimenta do reino em grão preta	5.845.190,00	Kg	19.075.654,83
	Produtos vegetais diversos	1.440,00	Kg	13.150,83
PORTO DE SANTARÉM	Cumaru	2,00	Kg	26,65
	Guaraná - em pó	600,00	Kg	1.436,42
	Madeira	26.294,969	Kg	26.764.728,27
	Soja – grão	8.321.805,93	Kg	236.785.996,93
AEROPORTO DE BELÉM	Arroz - beneficiado polido	5.400,000	Kg	5400,00
	Artesanatos (grãos, sementes desvitalizadas, cascas)	40,000	Kg	774,45
	Castanha com e sem casca - amostras	13,850	Kg	41,00
	Excicatas (material de pesquisa cientifica)	231,550	Kg	0,00
	Farinha de mandioca.	720,000	Kg	0,00
	Feijão – cores	1.080,000	Kg	0,00
	Guaraná – grão	30,300	Kg	90,00
	Insetos – coleções (material de pesquisa científica)	99,000	Kg	0,00
	Pimenta do reino - - amostras	6,600	Kg	0,00
	Polpas e sucos – amostras	19,000	Kg	0,00
	Substrato agrícola	1.950,000	Kg	4155,00
	Produtos vegetais diversos - amostras	12,510	Kg	0,00

FISCALIZAÇÃO DA BAGAGEM - VÔOS INTERNACIONAIS
PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL APREENDIDOS COM DESTRUIÇÃO IMEDIATA

Tabela 13

PRODUTO APREENDIDO	ORIGEM	QTDE (KG)
FRUTOS	Macapá (*)	4,09
	Estados Unidos	3,00
	Guadalupe	0,19
	Guiana Francesa	22,30
	Guiana	0,56
	Martinica	0,02
	Suriname	33,05
MUDAS, BULBOS, ESTACAS E RAÍZES	Canadá	0,50
	Guiana Francesa	7,77
	Estados Unidos	2,00
	Suriname	12,78
HASTES, CAULES, FLORES E FOLHAS (ORNAMENTAIS E MEDICINAIS)	Guiana Francesa	0,77
	Estados Unidos	0,94
	Suriname	8,17
FARINHAS, PÓS E ALIMENTOS	Suriname	1,83

SEMENTES E GRÃOS	Costa Rica	2,00
	Estados Unidos	35,20
	França	0,02
	Guiana Francesa	9,64
	Guiana	4,03
	Guadalupe	0,04
	Holanda	0,05
	Martinica	0,22
	Paramaribo	20,11
OUTROS	Guiana Francesa	2,03
	Guiana	0,01
	Paramaribo	9,00
TOTAL GERAL		180,32

(*) Vôos internacionais com escala em Macapá

A atividade de fiscalização de bagagem vem contribuindo de maneira eficaz para evitar a introdução de pragas oriundas da região das Guianas, donde procede a maioria dos vôos atendidos pela fiscalização do VIGIAGRO/PA.

Principais Despesas – PI FISCPLANTA:

Os recursos financeiros descentralizados para diárias e passagens aéreas e fluviais, foram suficiente para a execução das atividades de fiscalização nas Unidades que requerem deslocamento permanente ou eventual de fiscais sediados no Porto de Belém. Bem como viabilizou a participação em eventos nacionais.

Com relação a esse produto, especificamente foram programados recursos financeiros para pagamento de diárias e passagem aérea ou fluvial ao atendimento dos portos da Região das Ilhas no Marajó e Munguba em Monte Dourado, para o apoio ao atendimento da fiscalização no Porto de Vila do Conde e ocasionalmente ao Porto de Santarém.

Vale ressaltar, que alguns eventos programados não foram realizados. A fim de se evitar o recolhimento dos recursos disponibilizados(diárias),os mesmos foram destinados ao desenvolvimento de ações internas da área de fitossanidade.

A manutenção relativa a despesas administrativas das Unidades do Serviço foi de responsabilidade da Divisão

Tabela 14: Metas e Resultados da Ação – FISCANIMAL - 2007

Previstas		Realizadas	
Física (*)	Financeira	Física (*)	Financeira
980	R$ 70.120,14	860	R$ 61.996,92

(*) partidas inspecionadas

Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG

Considerado o previsto no PPA para o exercício de 2007 e objetivando assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários, combinado à realidade regional e à força de trabalho existente, e, ainda, à real demanda originada da clientela específica; é atribuição do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários - SIPAG/DT/SFA/PA: programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades relativas às ações de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal (PI: INSPANIMAL), ações de inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal (IPVEGETAL) e ações de padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal (PADCLASSIF) utilizando como produtos, de acordo com a peculiaridade das áreas, estabelecimentos inspecionados/fiscalizados e produtos fiscalizados. As metas físicas pré-estabelecidas são compatíveis aos elementos já mencionados e denotam como realizados números e resultados significantes no que tange à eficiência, eficácia e efetividade. São beneficiários do programa e conseqüentemente das ações atribuídas ao SIPAG/DT/SFA/PA: a cadeia agropecuária, produtores, indústrias, cerealistas, estabelecimentos comerciais e o consumidor final.

Força de Trabalho: QUADRO ATUALIZADO DE PESSOAL

Nomes	Quantidade	Necessidade
Fiscal Federal Agropecuário – FFA	25	29
Agente de Inspeção	30	09
Apoio Administrativo e Terceirizado	04	10
Auxiliar de Atividades Agropecuárias	05	03
Estagiário	02	01
Total	66	51

METAS – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

PI: PADCLASSIF

Quantidade de produtos importados classificados e fiscalizados, estabelecimentos comerciais fiscalizados e coleta de amostras de produtos de origem vegetal.

Metas – Programação e Execução física e financeira

Quantidade de produtos importados classificados e fiscalizados, estabelecimentos comerciais fiscalizados e coleta de amostra de produtos de origem vegetal

PI: PADCLASSIF

META FÍSICA PREVISTA	META FÍSICA REALIZADA	FINANCEIRO PREVISTO	FINANCEIRO REALIZADO
150 Estabelecimentos	195 Estabelecimentos	R$ 48.896,98	R$ 42.103,60

Quantidade de estabelecimentos fiscalizados

PI: IPVEGETAL

META FÍSICA PREVISTA	META FÍSICA REALIZADA	FINANCEIRO PREVISTO	FINANCEIRO REALIZADO
100 ESTABELECIMENTO	66 ESTABELECIMENTO	R$ 23.473,81	R$ 14.103,60

Quantidade de estabelecimento fiscalizado

PI: INSPANIMAL

META FÍSICA PREVISTA	META FÍSICA REALIZADA	FINANCEIRO PREVISTO	FINANCEIRO REALIZADO
78 ESTABELECIMENTO	59 ESTABELECIMENTO	R$ 40.050,09	R$ 31.806,67

Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA

As ações e procedimentos operacionais do SEDESA estão fundamentadas em Leis, Decretos e legislações complementares estabelecidas pelo Departamento de Sanidade Vegetal, Departamento de Sanidade Animal e por outros Serviços Técnicos do Órgão Central do MAPA e Requisitos Internacionais:

O quadro funcional do SEDESA é composto por Fiscais Federais Agropecuários, com especificidades em Engenharia Agronômica e Medicina Veterinária e por auxiliares administrativos e técnico conforme discriminado no quadro 01

Tabela 1 - Quadro funcional no SEDESA no ano de 2007.

CARGO	LOTAÇÃO ATUAL	LOTAÇÃO IDEAL
Fiscal Federal Agropecuário(Engenheiro Agrônomo)	06*	08
Fiscal Federal Agropecuário (Médico Veterinário)	05	08
Agente administrativo	01	03
Auxiliar Administrativo	01	01
Auxiliar Operacional Agropecuário	01	03
Engenheiro Agrônomo **	01	01

* Observação: 01 (um) FFA foi lotado na Seção de Sanidade Vegetal no final do exercício de 2007;

** Servidor da Secretaria Executiva de Agricultura do Pará cedido à SFA/PA.

Resultados das Ações:

VIGIFITO

Esta ação compreende atividades realizadas de forma direta, realizadas pelo SEDESA e de forma indireta realizadas pelo órgão executor da defesa agropecuária no Estado. Em 2007, o SEDESA realizou auditorias e supervisões das metas físicas delegadas à

Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARA, inerentes ao controle do trânsito interestadual e à vigilância sobre as pragas de importância econômica e de interesse nacional.

A ação de vigilância e controle do trânsito interestadual desenvolvida pelo órgão estadual, sob coordenação do SEDESA/SFA/PA abrange quase na sua totalidade os 143 municípios paraenses através das unidades locais, unidades de coordenação regional, unidade central de coordenação, portos, aeroportos, postos fixos e equipes volantes de fiscalização.

A dimensão geográfica do Estado exige estratégias apropriadas e uma infraestrutura que permitam uma adequada capilaridade e eficácia do sistema de vigilância. Desta forma os postos estão instalados em locais que possibilitam a adequada fiscalização do trânsito que ocorre entre determinadas regiões dentro do Estado e nas fronteiras com outras unidades da federação. São representados por instalações permanentes, com funcionamento ininterrupto (24 horas – todos os dias do mês e durante o ano todo). Para maior eficiência nas ações de vigilância agropecuária no Estado do Pará, torna-se necessária a instalação de fiscalização volante, atuando em pontos estratégicos considerados de risco. A fiscalização volante consegue alcançar regiões onde a fiscalização fixa não está presente, além de fazer constante levantamento do fluxo de vegetais dentro de um mesmo município ou região, com objetivo de direcionar os trabalhos de vigilância, fiscalização e educação fitossanitária.

Em 2007 esta ação priorizou a vigilância e o controle do trânsito de hospedeiros da Sigatoka Negra (*Mycosphaerella fijiensis*), Mosca da Carambola (*Bactrocera carambolae*), Pinta Preta dos Citros (*Guignardia citricarpa*), o Cancro Cítrico (*Xanthomonas axonopodis*), a Mosca Negra dos Citros (*Aleurocanthus woglumi*) e Morte súbita, *Candidatus* Liberibacter.

Com o objetivo de reforçar a ação de Erradicação da Mosca da Carambola, o VIGIFITO custeou as atividades emergenciais de combate desta praga no Vale do Jarí, Monte Dourado-Almeirim, a partir do mês de agosto.

A falta de melhor estrutura das barreiras fitossanitárias da ADEPARA, onde em alguns lugares faltam Engenheiros Agrônomos, veículos e apoio policial, ainda é um dos principais entraves para o fortalecimento da vigilância. É necessário que o Estado melhore a estrutura da fiscalização, com aquisição de equipamentos e materiais, contratação de pessoal e criação de Sistemas de Informação. Até 2007 a área vegetal da ADEPARA contou só com recursos do próprio governo do Estado, sendo a estrutura existente mantida com recursos de convênios da sanidade animal. Este ano a ADEPARA apresentou uma proposta de convênio

com o MAPA para a sanidade vegetal, mas esta só foi assinada no final de dezembro e até a presente data não foi liberado o financeiro para a concretização das metas.

A ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos tem como Produto no PPA 2004-2007 Partidas inspecionadas, contudo esta ação envolve as atividades de vigilância para todas as pragas de importância econômica que afetam a agricultura estadual e nacional apoiando, inclusive com orçamento, as demais ações específicas dentro da sanidade vegetal. O principal produto realizado no SEDESA inerente ao PI VIGIFITO é Auditoria realizada nas barreiras zoofitosanitárias. . As metas programadas para 2007 foram de acordo com a capacidade operacional do SEDESA que contou com os trabalhos de apenas dois Fiscais Federais Agropecuários na frente de execução de todas as ações. Contudo a maioria dos resultados alcançados ultrapassou as metas programadas.

Em 2007 esta ação demandou um percentual maior dos recursos disponibilizados ao programa de Segurança Fitozoosanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários em relação ao ano de 2005 e 2006. Contudo a maior parte foram destinados às atividades de combate à Mosca da Carambola em Monte Dourado, a partir do mês de agosto/07 e aos recursos liberados para efetivação do Convênio com a ADEPARA. Os recursos previstos para o VIGIFITO foram de R$774.547,45 (setecentos e setenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) sendo que destes R$ 324.547,45 (trezentos e vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) foram para atender as atividades do SEDESA e 450.000,00 (quatrocentos e cinqüenta mil reais) destinados para o convênio com a ADEPARA. Os recursos Financeiros do convênio não foram liberados até o fim do exercício de 2007, mas encontram-se empenhados.

Tabela 2 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus produtos – VIGIFITO	324.547,45		46.865,41 (gastos em 2007)
Auditoria em Barreiras Fitossanitárias e ULSA 5-unidade		21	276.000,00 (restos a pagar-processo em licitação
Auditoria Técnica Estadual Realizada na Área Livre de Sigatoka negra - 3 unidade		2	
Prevenção e controle Fitossanitário de pragas 71.688,42 ha		89.858,40	
Partida Inspecionada- 6.500 unidade		4.807	
Fiscalização realizada 80.000 fiscalização		75.000	

Cursos de CFO realizado – 2 unidade		1	
Credenciamentos de Técnicos para emissão de CFO/CFOC		62	
Credenciamento de Técnicos para emissão de Permissão de Trânsito Vegetal		76	
Capacitação técnica de FFA – 1 FFA		3	
Curso de Educação Sanitária- 2 unidade		4	
Capacitação técnica –curso sobre reconhecimento de pragas quarentenárias- 4 unidade		3	
Convênio com ADEPARA 1 unidade	450.000,00	1	450.000 (a ser liberado)
TOTAL	774.547,45		726.046,86

VIGIZOO

A execução da ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos é descentralizada para a ADEPARA. Tem como objetivo principal no Estado a vigilância epidemiológica e a Fiscalização do trânsito de animais e de produtos de origem animal voltados para a prevenção da Febre Aftosa e do controle de outras ocorrências zoossanitárias.

Ao SEDESA compete coordenar a execução das atividades, e realizar supervisões e auditorias nas gerências regionais, Unidades Locais de Sanidade Agropecuárias-ULSA, nos Postos fixos e móveis de controle do trânsito da ADEPARA, com o objetivo de se verificar a estrutura física e o desempenho das atividades pelo órgão executor quanto a emissões de Guia de Trânsito Animal- GTA, Certificados de Sanidade Animal, atendimento a notificações e de emergência sanitária. Na maioria das vezes, as auditorias são realizadas conjuntamente com as auditorias para fins de verificação do cumprimento de metas do convênio celebrado entre o MAPA e a ADEPARA para a sanidade animal, de forma que as programações orçamentárias da Ação FEBREAFTOSA atendem ao VIGIZOO.

Em 2007 os 43 (quarenta e três) municípios, que compreendem a área I, localizados nas regiões Centro–Sul, Sudeste e Sul do Estado tiveram o reconhecimento internacional junto a OIE como "Área Livre de febre aftosa com Vacinação" e, com o objetivo de verificar o cumprimento dos procedimentos de vigilância epidemiológica e de controle necessários à manutenção dessa condição de livre, o SEDESA intensificou as auditorias nas Unidades Locais de atenção à saúde veterinária como nos postos de fiscalização do trânsito de animais que protegem a área. Visando ainda orientar os profissionais que atuam nessas unidades.

O trabalho de Vigilância realizado pela ADEPARA para a FebreAftosa é estendido, para as demais enfermidades de importância econômica no Estado, visto que este programa exige o controle global de outras enfermidades sanitárias.

Na sede do SEDESA são realizados o controle do trânsito de animais na "Área Livre de febre Aftosa", emissão de Guias de Trânsito Animal, Certificados de Sanidade Animal para trânsito interestadual de produtos e emissão de Autorizações de Exportação e Importação quando se trata do trânsito internacional.

Assim como na sanidade vegetal a falta de melhor estrutura das barreiras sanitárias da ADEPARA, ainda é um dos principais entraves para o fortalecimento da vigilância epidemiológica. É necessário que o Estado melhore a estrutura dos postos de fiscalização, com aquisição de equipamentos e materiais, contratação de pessoal, apoio policial e criação de Sistemas de Informação.

Em 2007 os recursos previstos para o VIGIZOO foram para confeccionar formulários de Guias de Trânsito Animal – modelo novo.

Tabela 3 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus produtos – VIGIZOO	7.600,00		7.600,00
Auditoria em Barreiras sanitárias e ULSA 43-unidade		95	
Propriedades cadastradas sob vigilância epidemiológica – unidade		109.583	
Rebanho de bovinos e bubalinos- 18.000.000 cabeça		18.368.272	
Guia de Trânsito Animal		159.950	
Certificado de Sanidade Animal		1.334	
Autorização de Exportação		1.178	
Partida Inspecionada		162.462	
Propriedade fiscalizada		6	
TOTAL	774.547,45		726.046,86

ERRADMOSCA

Esta ação compreende atividades realizadas de forma direta pelo SEDESA e de forma indireta pelo órgão executor da defesa agropecuária no Estado. Em 2007, o SEDESA realizou auditorias e controle de qualidade do monitoramento da Mosca da Carambola-*Bactrocera carambolae,* nos municípios onde estão instaladas as armadilhas de detecção. Atualmente são monitorados 44 municípios considerados áreas de alto risco de introdução e dispersão da praga no Estado, onde se encontram instaladas 550 armadilhas (429 Jackson + 121 McPhail), mais o município de Almeirim-Distrito de Monte Dourado com 416 armadilhas (299 Jackson + 117 McPhail) onde se realizam as ações de combate para erradicação dos focos detectados a partir do dia 12 de fevereiro de 2007.

A mosca da carambola é uma das espécies de moscas-das-frutas de importância econômica prejudicial à fruticultura mundial. Ataca várias espécies frutíferas tais como:

carambola, manga, caju, laranja, acerola, tangerina, jambo vermelho, etc. É originária do sul da Ásia e foi introduzida no continente americano através do Suriname em meados de 1975. No ano de 1989 foi detectada na Guiana Francesa de onde se dispersou para o município de Oiapoque no Estado do Amapá (Brasil) em 1996.

Por meio do decreto n° 2.226, de 19 de maio de 1997, a região compreendida pelo Município do Oiapoque e circunvizinhanças no Estado do Amapá foram consideradas pelo Ministério da Agricultura de emergência fitossanitária, onde ao longo dos últimos onze anos vêm sendo desenvolvidas ações de prevenção, controle e erradicação de focos dessa praga a fim de impedir sua dispersão para outros locais dentro e fora do Estado. Contudo em fevereiro de 2007 a *Bactrocera carambolae* atravessou a fronteira do Estado do Amapá para o estado do Pará, na divisa de Laranjal do Jarí-AP com o Distrito de Monte Dourado/Almeirim-PA. Desde a detecção deste primeiro foco em 12/02/2007, vêm sendo implementadas ações técnicas de erradicação e controle desta praga pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através do Departamento de Sanidade Vegetal e das Superintendências

Federal de Agricultura do Pará e do Amapá, em parceria com outras instituições, visando impedir a dispersão desta praga para outros municípios do estado do Pará.

A possível entrada da Mosca da Carambola em outros municípios do território paraense afetará tanto a economia local como a nacional. No estado do Pará afetaria a produção e comercialização de citros (*Citrus* spp.), que é o hospedeiro de maior expressão econômica dentro do Estado, onde ocupa uma área em torno de 15 mil ha com uma produção da ordem de 1.508.139t. estando esta concentrada principalmente, na microrregião do Guamá, onde os municípios de Capitão Poço, Garrafão do Norte, Irituia e Ourém constituem o chamado pólo cítricola.(Poltronieri L.S et al.2005). Para a fruticultura nacional representará perdas na ordem de US$150 milhões, considerando que a praga poderá se espalhar mais rapidamente para as regiões Nordeste, Sul e Sudeste e vir causar aumento nos custos de produção, impactos ambientais e queda nas exportações de frutos ‘in natura’.

As restrições fitossanitárias impostas pelos países importadores de frutas brasileira, como Estados Unidos, Japão, Argentina e outros paises do MERCOSUL apontam que os danos potenciais econômicos e ambientais com a possível entrada da Mosca da carambola no restante do Brasil, são estimados em perdas anuais de US$ 30,8 milhões no primeiro ano e de US$ 100 milhões no terceiro ano, se não houver uma ação efetiva de controle (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos- USDA). Contudo, os registros de exportação de frutos brasileiros sinalizam para um risco de perdas diretas de mercado bem superiores a esse

estudo, caso ocorra a dispersão da mosca da carambola para outros estados do Brasil. Só com a exportação de mangas frescas brasileira, em 2005, 115.192 toneladas, foram geradas divisas na ordem de US$75.298.679,00 sendo que 88% destas, tiveram origem nos estados da Bahia e Pernambuco (Relatório de Exportação de mangas – MAPA, 2006). Em 2006 as exportações brasileiras de frutas frescas geraram divisas superiores à US$ 480 milhões para um volume aproximado de 830 mil toneladas contra US$ 119 milhões, correspondentes a 297 mil toneladas em 1998.

Os possíveis danos indiretos irão refletir na base agrícola da cadeia produtiva das frutas que abrange 2,2 milhões de hectares. Cada U$ 10.000 investidos gera três empregos diretos permanentes e 2 indiretos, considerando ainda, que este setor demanda mão-de-obra intensiva e qualificada, fixa o homem no campo e permite uma vida digna dentro das pequenas propriedades rurais e nos grandes projetos agrícolas possibilitando um faturamento familiar bruto de R$ 1.000 a R$ 20.000 por hectare (IBRAF, 2005).

As ações de erradicação e controle contra a Mosca da Carambola vêm sendo realizadas no Vale do Jarí (Monte Dourado-PA/Laranjal do Jarí-AP), respeitada a divisão geopolítica dos estados e municípios, considerando-se que a área de foco deve ser tratada como um todo para o sucesso do trabalho já que a erradicação de uma área depende do trabalho bem feito na outra.

Desta forma, em Monte Dourado e Laranjal do Jarí são adotados procedimentos sistematizados e pulverizações de iscas tóxicas, coleta de frutos hospedeiros, técnica de aniquilamento de machos, erradicação de caramboleiras e ações de educação sanitária. No distrito de Monte Dourado estão sendo mantidas três equipes compostas por: 4 Engenheiros Agrônomos da ADEPARA e 1 Engenheiro Agrônomo da SFA/PA, Agentes Administrativos e 2 Auxiliares Operacionais Agropecuários da SFA/PA que trabalham em sistema de rodízio a cada 15 ou trinta dias. Para não haver descontinuidade no cronograma do trabalho são pagas diárias corridas a cada 14,5 dias, incluindo sábados, domingos e feriados. Considerando que a ADEPARA não dispunha de recursos próprios para pagamento de seus técnicos, a SFA/PA também pagou diárias para os dois técnicos na rubrica 3390-36. Para realização dos trabalhos de campo são utilizados dois veículos da SFA/PA e um da ADEPARA. Os abastecimentos e a manutenção dos veículos da SFA/PA são mantidos com suprimento de fundos, que eventualmente abastecem também os veículos da ADEPARA e da SFA Amapá. Ocorre a necessidade de saques nos recursos do suprimento para pagamento dos abastecimentos, dos

serviços de manutenção dos veículos e/ou compra de materiais necessários para as equipes, considerando a inexistência de postos, oficinas que trabalhem com cartão de crédito.

Os dados de monitoramento indicam a ausência da Bactrocera carambolae desde 08 de junho em Monte Dourado e 13 de agosto em Laranjal do Jari, perfazendo um total de 245 e 177 dias sem detecção respectivamente até a data de hoje, 06/02/2008 e, espera-se que no final de março seja declarada a erradicação da Mosca da Carambola no Distrito de Monte Dourado e no Vale do Jarí, prazo final para conclusão das ações emergenciais de combate e para se declarar o foco erradicado.

Alguns problemas de ordem operacional foram encontrados em 2007 para um maior desempenho desta ação, como:

- Indisponibilidade de veículos (carros ou moto) em alguns escritórios da ADEPARA;ou quando existentes com problemas de manutenção.
- Indisponibilidade de recursos financeiros nos escritórios da ADEPARA para aquisição de combustível e conservação dos imóveis.
- Indisponibilidade de material técnico-científico para divulgação e execução de atividades de educação sanitária.
- Falta de melhores condições de trabalho para os técnicos lotados nas ULSAV's, com instalações e material permanente mais adequados.
- Dependência da SFA/AP quanto a disponibilização de material para o monitoramento no Pará.
- Quadro reduzido de fiscais no SEDESA frente a demanda do Serviço prejudicando o trabalho nas rotas de acesso mais difícil.
- Inexistência de base física da ADEPARA em Monte Dourado para suporte às atividades;
- Falta de fiscalização do trânsito de produtos vegetais do Estado do Amapá para o Pará.

Em 2007 a necessidade do ERRADMOSCA ultrapassou a programação nacional sendo necessário a Coordenação Nacional do Programa utilizar os recursos do VIGIFITO, para atividades envolvendo a Vigilância e do CPFRUTI para continuidade das atividades de combate. Desta forma os recursos utilizados para o ERRADMOSCA foram de R$144,18 (cento e quarenta e quatro mil, cento e dezoito reais) mais parte dos R$ 324.547,45 (trezentos e vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) do VIGIFITO e R$43.296,62 (quarenta e três mil, duzentos e noventa e seis reais e sessenta e dois centavos) do CPFRUTI.

Foi celebrado o convênio com a ADEPARA, sendo que os recursos financeiros do convênio não foram liberados até o fim do exercício de 2007, mas encontram-se empenhados.

Tabela 4 – Metas e resultados da ação Erradicação da Mosca da Carambola

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Prevenir e controlar a dispersão da mosca da carambola (*Bactrocera carambolae*) em 100% do território paraense	144.118,00		144.118,00
Área prevenida –125.000.000 ha		125.000.000	
Área monitorada – 6.551,73 ha		8.792	
Área de combate – 0 ha		9.388,60	
Armadilha instalada – 310 unidade		966	
Frutos colhidos		1.667	
Plantas erradicadas		556	
Plantas pulverizadas		48.794	
Iscas Tóxicas lançadas		28.242	
Supervisão do Monitoramento – 610 supervisão		7.882	
Reunião de avaliação do Programa emergencial no Vale do Jarí – 0 unidades		8	
Treinamento de Técnicos da ADEPARA – 1 unidade		4	
Técnicos treinados – 2 técnicos		59	
Palestra técnica – 0		1	
Participação de FFA como instrutor em curso – 0		9	
Curso de Educação Sanitária- 2 unidade		4	
Técnicos treinados em Educação Sanitária –60		82	
Multiplicadores capacitados – 0		210	
Alunos capacitados por multiplicadores - 0		2.236	
Famílias capacitadas por multiplicadores - 0		872	
Comunidades assistidas – 0		9	
Famílias assistidas – 0		553	
Worshop Internacional da Mosca da Carambola – 0		1	
Atividade Manhã Alegre da Educação Sanitária – 0		1	
Convênio com ADEPARA 1 unidade	500.000,00	1	500.000 (a ser liberado)
TOTAL 644.118,00		644.118,00	

CPFRUTTI 1

Como já informado, a prioridade da ação CPFRUT 1 em 2007 foi reforçar o controle dos focos da mosca da carambola no Vale do Jarí. Desta forma pode-se considerar as metas físicas realizadas como os resultados obtidos na ação ERRADMOSCA.

Tabela 5 – Metas e resultados da ação Prevenção e Controle de Pragas na Fruticultura Nacional

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Prevenir e controlar a dispersão de pragas em 100% do território paraense-	43.296,62		43.122,64
Monitoramento e prospecção das pragas. 500 (ha)		9.425,34	
Fiscalização e Inspeção em campos de produção de frutíferas – 500 (fiscalização)			
Capacitação e atualização em diagnose e controle de pragas de interesse para a fruticultura – 2 (curso)		1	
Ampliação da biofábrica na UFRA(m^2)			
Produção vegetal 5000(hospedeiros)			
Multiplicação da colônia da MNC e INs -. 6 unidade			
Produção massal de inimigos naturais da mosca-negra-dos-citros, *Aleurocanthus woglumi- 4.500 (unidade)*			
Acompanhar execução de metas do convênio MAPA-UFRA – 6 (auditoria)		02	
Liberação e avaliação do controle biológico em campo citrícola			
TOTAL 43.296,62		43.122,64	

SIGATOKA

Esta ação tem como finalidade elevar a produtividade e diminuir os custos de produção de banana por meio da prevenção e do controle da disseminação da Sigatoka Negra (*Mycosphaerella fijiensis*). No primeiro semestre de 2007 deu-se continuidade às atividades voltadas para manutenção do status de Área Livre de Sigatoka Negra na Mesorregião Sudeste do estado Pará com trabalhos de levantamentos fitossanitários, e ainda verificar, com base nos procedimentos estabelecidos na IN nº 17 de 31 de maio de 2005 da SDA/MAPA, a possibilidade de inclusão dos municípios de São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia, que compõe a área tampão, à Área Livre de Sigatoka Negra.

Após a descoberta do foco de Sigatoka Negra no município de São Geraldo do Araguaia, em maio de 2007, a Instrução Normativa SDA nº 21, de 15 de junho de 2007, que renovava, por tempo indeterminado, o reconhecimento de Área Livre da praga Sigatoka Negra – *Mycosphaerella fijiensis* (Morelet) Deigthon, no Estado do Pará, compreendida pelos municípios de Brejo Grande do Araguaia, Palestina do Pará, Piçarra e São Geraldo do Araguaia foi revogada pela Instrução Normativa N° 30, de 21 de agosto de 2007. Sendo assim, as atividades desta ação durante o segundo semestre de 2007 foram voltadas para a implementação do Sistema de Mitigação de Risco (SMR) para a Sigatoka Negra, nas áreas de produção.

Desta forma, foram cadastradas 31 unidades de produção e 3 casas de embalagens pela ADEPARA para aderirem ao Sistema de Mitigação de Risco para a praga Sigatoka Negra. Após auditorias realizadas pela SFA/PA nos municípios de Marabá, São Domingos do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia e São Geraldo do Araguaia foram inclusas ao SMR 3 casas de embalagens e 16 unidades de produção. Das 15 unidades de produção restantes, 7 obtiveram parecer técnico não favorável a sua adesão ao SMR e 8 não foram auditadas pela SFA/PA.

Visando a abertura do comércio de helicônias para outras Unidades da Federação, foi apresentada proposta de Sistema de Mitigação de Risco pela ADEPARA, a qual foi aprovada pelo DSV/MAPA. Foram realizadas reuniões com os produtores de flores para orientá-los sobre o Sistema e suas adequações necessárias.

Tabela 6 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Controle da Sigatoka Negra em 100% da Área Livre de Sigatoka Negra no Estado do Pará.	9.888,22		9.676,33
Supervisão de barreiras sanitárias da área livre e área tampão da praga 12 (unidade)		10	
Realizar auditoria técnico-fiscal operacional na área livre da praga- 3 (auditoria)		2	
Supervisão em packinghouse (supervisão)		3	
Auditoria em Unidades de Produção – 3 (unidade)		23	
Capacitação técnica – 2 (treinamento)		2	
Convênio com ADEPARA – 1 (unidade)	150.000,00	1	150.000 (a ser liberado)
TOTAL	159.888,22		159.676,33

FEBREAFTOSA

Em 2007 as atividades da ação de Erradicação da Febre Aftosa foram priorizadas na Área 1 visando transformar o reconhecimento nacional como “Livre de Febre Aftosa com Vacinação”, pelo Departamento de Sanidade Animal-MAPA em 2006 para o reconhecimento internacional pela Organização Mundial de Saúde dos Animais – OIE.

Em junho deste ano a área 1, constituída pelos 43 municípios e partes de municípios localizados na região centro-sul do Estado do Pará relacionados como “Área Livre

de Febre Aftosa com Vacinação", foi incluída na zona livre de febre aftosa com vacinação, com reconhecimento internacional, através da Instrução Normativa nº 25, de 28 de junho de 2007 permitindo assim o livre trânsito de bovinos vivos para outros estados com o mesmo status. A área 1 é onde se concentra a maior parte do rebanho bovino paraense e maior número de estabelecimentos frigoríficos. Para munutenção do status de livre de aftosa são necessárias ações de vigilância e de controle do trânsito de animais e de produtos de origem animal intensivos visando proteger a área. Atualmente estão instalados na área 1 do Estado:7 escritórios Regionais, 35 Unidades Locais de Sanidade Agropecuária–ULSA, 2 escritórios e 4 Postos fixos da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará-ADEPARA.

Para estruturação e manutenção do sistema de vigilância e controle do trânsito, o MAPA repassa recursos para ADEPARA através de convênio. Em 2007 os recursos repassados foram no valor de R$2.681.591,18 (dois milhões, seiscentos e oitenta e um mil, quinhentos e noventa e um reais e dezoito centavos). Ainda em dezembro de 2007 foi celebrado mais um termo aditivo (5º) do convênio existente com a ADEPARA no valor de R$3.760.000,00 (três milhões, setecentos e sessenta mil reais). Contudo, tanto esse valor como uma segunda parcela no valor de R$800.000 (oitocentos mil reais) do 4º Termo Aditivo, deixaram de ser pagas em 2007, considerando que a ADEPARA ainda não apresentou as prestações de contas da terceira parcela do convênio original bem como da primeira parcela do quarto termo aditivo recebido em 2007.

Este ano o SEDESA intensificou as auditorias nas Unidades e Postos de Fiscalização com o objetivo de verificar o cumprimento dos procedimentos de vigilância epidemiológica e de controle necessários à manutenção dessa condição de livre, verificação das condições estruturais e técnicas de operacionalização das atividades do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Febre Aftosa bem como de orientar os profissionais que atuam nas unidades.

Alguns entraves de ordem estrutural e operacional têm sido detectadas nas auditorias realizadas pelo SEDESA, dentre as quais podemos citar: manutenção da condição sanitária na Área 1, o fortalecimento do sistema de defesa sanitária na Área 2, estruturação na Área 3, a condução de atividades educativas e de comunicação envolvendo a comunidade local, o setor agroprodutivo, assim como capacitação do quadro de profissionais da ADEPARA e de agentes em saúde animal, entre outras ações sanitárias.

Tabela 7 – Metas e resultados da ação Erradicação da Febre Aftosa

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Auditar 100% as Ações do Programa Nacional e Erradicação da Febre Aftosa no Pará.	122.363,74		55.820,60
Auditoria nas ULSA- 79 (unidades)		79	
Auditoria em Postos fixos – 12 (unidades)		12	
Reunião Técnica nacional		2	
Propriedades cadastradas		447.242	
População de Bovina		17.581.513	
População de Bubalinos		425.596	
Bovinos Vacinados		17.153.302	
Bubalinos Vacinados		354.485	
Atendimento à Notificações		23	
Treinamento de Fiscais Estaduais		3	
Fiscais treinados		58	
Treinamento em Educação Sanitária		2	
Técnicos treinados em Educação Sanitária		25	
Convênio com ADEPARA 1 unidade	2.681.591	1	
TOTAL			

Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário - SEPDAG

O Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário, criado por meio da Portaria 300 de 16 de junho de 2005 em decorrência da necessidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento descentralizar ações de promoção, orientação, acompanhamento e fiscalização voltadas para o desenvolvimento agropecuário na busca de melhor eficiência e eficácia dos recursos públicos.

Visando buscar a realização de ações de política e desenvolvimento rural o SEPDAG desenvolveu ações em 2007 vinculadas aos seguintes Programas: Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pro-orgânico, Desenvolvimento da Fruticultura - Profuta, Desenvolvimento da Horticultura e Fomento dos sistemas de Propriedade Intelectual. As ações realizadas, os resultados alcançados , os recursos utilizados encontram-se detalhados especificamente em cada subitem apresentado a seguir.

As ações vinculadas ao programa Desenvolvimento da Agricultura Organica realizadas no estado do Pará se desenvolveram dentro do Plano Interno ORGORGAN que contempla a ação de organização e capacitação de agentes atuantes em produção orgânica de alimentos. Dentro desta ação diversas atividades foram realizadas tais como: (1) incentivo a

criação de unidade de observação de horta orgânica, (2) conversa sobre agricultura orgânica em santa Luzia do Pará, (3) multirão da prefeitura – venda produtos orgânicos de mosqueiro, (4) III Semana do Alimento Orgânico, (5) lançamento do programa estadual de produção orgânica - café da manhã (6) degustação de produtos orgânicos (7) feira de produtos orgânicos (8) palestras sobre alimento orgânico (9) promoção do alimento orgânico no festival do açaí, (10) divulgação do alimento orgânico em diversos eventos, (11) seminários, (12) dia de campo, (13) cursos, (14) diagnóstico, (15) reuniões da comissão estadual de produção orgânica – CPOrg-PA. O objetivo foi divulgar, incentivar o consumo, capacitar, incentivar a produção de produtos orgânicos através de diversos eventos realizados em Belém, e em outros municípios do Estado. Estiveram presentes nestes eventos produtores, consumidores, gestores, estudantes e lideranças locais totalizando 3.355 pessoas.

O número de pessoas beneficiadas, seja o consumidor, o produtor, o técnico, e o gestor foi viável devido a parceria realizada com diversas entidades sejam governamentais e não governamentais. Parcerias estas iniciadas na Comissão da Produção Orgânica do Pará, formalizada através da Portaria SFA-PA 156 de 30 de agosto de 2006.

A equipe do SEPDAG/DT/SFA-PA ainda encontra-se em fase de organização considerando-se que o Serviço só foi criado recentemente, e é relativamente pequena para a diversidade de ações desenvolvidas. É composta de três Fiscais Federais Agropecuários e uma estagiária.

Como resultados positivos indiretos desta ação foi o lançamento no **PPA Estadual do programa de Agricultura Orgânica** e a promulgação da Lei Estadual sobre produção e certificação de produtos orgânicos.

Tabela 1 – Metas e resultados da ação

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
-	-	3.355 Pessoas	15.095,91

As ações desenvolvida na área de floricultura dizem respeito a organização do setor, e a capacitação. Participamos de diversas reuniões e missões técnicas com o setor produtivo de flores na busca de melhorar a qualidade da produção e buscar mercado.

Entretanto, com o advento da Sigatoka negra a floricultura no estado vem sendo prejudicada devido a morosidade dos procedimentos que viabilizem a comercialização e a saída do produto do Estado.

Tabela 2 – Metas e resultados da ação

Previstas		Realizadas	
Fisica	Financeira	Fisica	Financeira
-	-	40 Pessoas	4.017,08

As ações referentes a Indicação Geográfica está dentro de um programa novo no MAPA (Propriedade Intelectual) , cuja divulgação do programa no Estado do Pará deu-se por meio de Seminários e reuniões com os setores técnicos e produtivos. Assim sendo, foi realizado seminário sobre Indicação geográfica em Belém com 92 participantes que representaram entidades do setor agropecuário. Foi realizado seminário na UFPA em Santarém sobre Propriedade Intelectual com 51 representantes de entidades locais. Foi realizada palestra na UBRA para 29 estudantes do curso de engenharia agrícola e engenharia ambiental. Foi realizado Seminário em Alenquer com 41 participantes e foram realizadas duas reuniões no Marajó (Soure e Cachoeira do Arari) sobre certificação de queijo. Finalmente, o SEPDAG/DT/SFA-PA participou ainda de reuniões de trabalho junto ao BASA para Desenvolvimento do Agronegócio Paraense.

Tabela 3 – Metas e resultados da ação

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Fisica	Financeira
-	-		7.314,95

Meta Financeira

Foram utilizados na realização das atividades do SEPDAG/DT/SFA-PA um montante de R$ 27.851,72. A Tabela 18, discrimina por rubrica os valores utilizados.

Tabela 4 – Recursos financeiros empenhados e liquidados

	3390.14	3390.30	3390.33	3390.36	3390.39	TOTAL
Desenvolvimento da agricultura orgânica - Pro-orgânico	4.203,19	418,10	4.773,34	2.198,28	3.440,00	15.032,91
Desenvolvimento da Horticultura	1.560,44	180,00		386,64	1.890,00	4.017,08
Desenvolvimento da Fruticultura	650,00	836,78				1.486,78
Desenvolvimento dos Sistemas de Propriedade Intelectual	4.114,37	900,00	1.122,85	927,73	250,00	7.314,95
Contratos de Repasses						
TOTAL						27.851,72

Fonte: STA-PA

Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG

O Serviço de Fiscalização Agropecuária foi criado no ano de 2005 por meio da Portaria nº 300 de 16 de junho de 2005, com o objetivo de executar de forma direta e indireta as ações inerentes ao **Programa Nacional voltado para qualidade dos insumos dos serviços agropecuários (código 0375),** bem como coordenar as ações descentralizadas realizadas pelo Órgão Estadual de defesa agropecuária.

As ações e procedimentos operacionais do SEFAG estão, fundamentadas em Leis, Decretos e legislações complementares estabelecidas pelos Departamentos de Fiscalização

de Insumos Agrícolas - DFIA e Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP e por outros Serviços Técnicos do Órgão Central do MAPA e Requisitos Internacionais

Força de Trabalho

O quadro funcional do SEFAG é composto por Fiscais Federais Agropecuários, com especificidades em Engenharia Agronômica, Medicina Veterinária, Engenharia Química e por auxiliares administrativos e técnico conforme discriminado na tabela 01.

Tabela 1 – Força de Trabalho do SEFAG/DT-PA

CARGO	LOTAÇÃO ATUAL	LOTAÇÃO IDEAL
Fiscal Federal Agropecuário (Engenheiro Agrônomo)	08*	08
Fiscal Federal Agropecuário (Médico Veterinário)	01	02
Fiscal Federal Agropecuário (Engenheiro Químico)	01	01
Fiscal Federal Agropecuário (Zootecnista)	00	01
Agente administrativo	01*	02
Auxiliar Administrativo	01	02
Auxiliar Operacional Agropecuário	01	01
Engenheiro Agrônomo **	01	01

Observação:
01 (um) FFA foi lotado na Seção de Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG no final do exercício de 2007;
** Servidor da Secretaria Executiva de Agricultura do Pará cedido a SFA/PA

Resultado das ações:

Fiscalização dos insumos destinados a alimentação animal - FISCINAN

A atividade de fiscalização dos insumos destinados à alimentação animal, no âmbito do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, é de responsabilidade do Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP, ligado à Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA. Em cada unidade da federação, a atividade é executada pelo Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG. No Plano Plurianual do MAPA (2004-2007), as ações de fiscalização de insumos destinados à alimentação animal estão incluídas no programa “Qualidade dos Insumos Agropecuários”

Meta Financeira:

Tabela 2

Elem. de desp.	Programado (R$)	Disponibilizado (R$)	Executado (R$)	Executado(%)
3390-14	6.420,00	3.052,00	3.050,94	99,97
3390-30	2.800,00	720,00	382,14	53,07
3390-39	1.500,00	400,00	0,00	0,00
3390-33	3.800,00	2.808,00	640,00	22,82
3390-52	8.000,00	8.000,00	2.000,00	25,00
TOTAL	22.520,00	14.980,00	6.073,08	40,54

Metas físicas:

Tabela 3

AÇÃO/OBJETIVO	PRODUTO	
	TIPO	Nº
Fiscalização em estabelecimentos fabricantes de produtos destinados à alimentação animal (incluindo vistoria para fins de Registro)	Fiscalização realizada	19
Fiscalização em estabelecimentos comerciantes de produtos destinados à alimentação animal	Fiscalização realizada	39
Vistoria em estabelecimentos fabricantes de produtos destinados à alimentação animal (para fins de Registro)	Vistoria realizada	03
Colheita de Amostras	Amostra coletada	11
Registro de estabelecimento	Estabelecimento registrado	04
Registro de Produto	Produto Registrado	36
Infrações cometidas	Auto de infração emitido	01
Cadastrado de Estabelecimento comercial	Estabelec. cadastrado	05
Cursos Realizados	Capacitação realizada	00
Participação em Reunião Técnica Nacional	Reunião realizada	02

Comportamento das Metas Físicas

Produto: Fiscalização realizada

Tabela 4

Mês	Previsto	Realizado	% execução
Janeiro	1	1	100,0
Fevereiro	0	0	Não programada
Março	9	9	100,0
Abril	5	6	120,0
Maio	5	8	160,0
Junho	10	15	150,00
Julho	0	0	Não programada
Agosto	0	1	Não programada
Setembro	2	2	100,0
Outubro	10	12	120,0
Novembro	5	3	60,0
Dezembro	0	0	Não programada
Total	47	56	119,15

Participação em Eventos

1. Curso sobre legislação de sementes e mudas (comércio) para Técnicos da ADEPARA -Belém/PA
2. Participação na Frutal Amazônia (estande)- Belém/PA.
3. III Semana do Alimento Orgânico - Belém/PA.
4. Reunião Técnica dos SEFAG (s) - Campo Grande/MS
5. I Reunião Nacional de Insumos Agropecuários/II Reunião Nacional de Fiscalização de Insumos Agrícolas/IX Reunião Nacional de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – João Pessoa/PB.
6. Reunião Técnica da Coordenação de Sementes e Mudas - DFIA/SDA/ e XV Congresso Brasileiro de Sementes - Foz do Iguaçu/PR.
7. Treinamento Tratamento Fitossanitário e Quarentenário com Brometo de Metila e Fosfina - Santos/SP

8. Curso Teórico- Pratico de Biotecnologia da Reprodução em Animais de Interesse Zootécnico - Brasília/DF.
9. V Reunião Ordinária da Comissão Interna Técnico Consultiva de Sementes e Mudas – Salvador/BA.
10. Curso de Micropopagação de Plantas para Fiscais Federais do MAPA- Cruz das Almas/BA.
11. II Reunião Técnica sobre Fiscalização de Atividades com Organismos Geneticamente Modificada – OGM - Londrina/PR.
12. Curso de Formação em Fiscalização de Insumos Agrícolas - Londrina/PR.
13. Reunião Técnica Nacional da Área de Alimentação Animal – Padre Bernardo/GO.
14. .Treinamento da fiscalização da Produção de Mudas- Moju/PA.
15. Curso Brasileiro de capacitação em combate aéreo a Incêndios em campo e florestas - Botucatu/SP.
16. Congresso Brasileiro da Ciência Aéreo Agrícola 2007- Botucatu/SP.

Ação: Fiscalização de Agrotóxicos - FISAGROTOX

Esta ação compreende atividades realizadas de forma direta pelo SEFAG.

A fiscalização de agrotóxicos e atividade ao nível do SEFAG se encontra exclusivamente junto às empresas prestadoras de serviços em tratamento quarentenários e fitossanitários realizados no transito internacionais de produtos vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira de acordo com IN nº 66, de 27 de novembro de 2006.

A ação que anteriormente era exercida pelo Serviço de Defesa Agropecuária – SEDESA, com a edição da Portaria nº 300, de 16 de junho de 2005, passou a ser competência do SEFAG.

No ano de 2007, foram fiscalizadas seis (06) empresas credenciadas junto ao MAPA. A fumigação com *brometo de metila*, o tratamento térmico e secagem em estufa, principalmente em embalagens de madeira *(Palletes)* foram os tipos de tratamentos quarentenários e fitossanitários mas utilizados ao longo do ano.

As empresas credenciadas encontram-se localizadas na região metropolitana de Belém, por isso não representaram despesas financeiras para o SEFAG.

Oportunidades De Melhoria

- Urgente necessidade de contratação de Fiscais Federais Agropecuários- FFA para o SEFAG, frente à demanda de fiscalização;
- Disponibilizar recursos orçamentários e financeiros para a execução em tempo hábil para fiscalização agropecuária, bem como efetuar pagamentos de despesas de deslocamento dos servidores (diárias) e suprimentos de fundos nos prazos pré-definidos.

- Necessidade de treinamentos dos FFA em Auditoria Técnico-Fiscal-Operacional e legislação federal agropecuária considerando os PI's do Serviço de Fiscalização;
- Ampliação da infra-estrutura física do prédio onde funciona o Serviço de Fiscalização Agropecuária/SFA/PA;
- Contratação de motoristas oficiais para conduzirem os FFA nas atividades de campo considerando a dimensão territorial do Estado;
- Estabelecer um calendário, com efetivo cumprimento, de reuniões entre os setores técnico-administrativos, laboratórios, entre outros, visando maior integração e minimizar problemas na unidade gestora;
- Realização de seminários internos objetivando integração e divulgação das ações;
- Realizar Planejamento anual das atividades dos Programas;
- Programar e elaborar com antecedência as ordens de serviço e suprimento de fundos;
- Implantação de UTRA's e contratação de pessoal para estas unidades.

Considerações Finais

O Estado do Pará, nos últimos anos vem se destacando no seguimento do agrongocio, contribuindo para o desenvolvimento do país, criando emprego, gerando renda e bem-estar principalmente para as populações do meio rural. Este cenário promissor, exige deste **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA**, através do Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG, desempenhar suas ações de fiscalização para cumprimento da legislação federal vigente.

O SEFAG/PA, no ano de 2007, desenvolveu suas atividades de forma planejada e adequando às exigências correntes do MAPA e atinente ao planejamento estratégico deste Ministério.

Fiscalização das atividades de aviação agrícola - FISAGRIC

Fiscalização das atividades de aviação agrícola baseia-se na observância das normas de proteção à vida e à saúde do operador e da sociedade, bem como proteção à fauna e à flora, utilizando-se de sanções quando for o caso.

No Estado do Pará existem quatro empresas credenciadas junto ao Mapa (três em Paragominas e uma em Tailândia), no entanto empresas de Estados vizinhos solicitam permissão para operar no Estado.

No ano de 2007 não foi feito fiscalização por motivo de falta de recurso.

AÇÃO: FISCGENE

Inspecionar e fiscalizar a produção e comercialização de material genético animal, visando os aspectos zootécnicos, higiênicos- sanitário de fertilidade e viabilidade. As fiscalizações e inspeções são realizadas nos estabelecimentos industriais e comerciais no setor privado ou público, nos aeroportos, nos portos marítimos e fluviais, portos de fronteiras.

Estabelecimentos Registrados no Pará

Categoria de Central de coleta de material genético animal (uma , produção de sêmen), e cinco incubatórios matrizeiros (produção de pintos de 1 dia, para corte e ovos) .

Houve crescimento do setor, inclusive, com o aumento de instalações industriais.

As atividades foram realizadas com normalidade.

Ação: Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - Fisprovet

Inspecionar e fiscalizar a produção e comercialização de produtos de uso veterinário (formulas simples ou complexas, de natureza química, farmacêutica, biológica ou mista, com propriedades definidas e destinadas a prevenir, diagnosticar ou curar doenças dos animais, ou que possam contribuir para a higiene animal).

A atividade de fiscalização do comercio de produtos de uso veterinário, no Estado do Pará, é delegada para a Agencia de Defesa Agropecuária do Estado do Pará- ADEPARA, cabe ao MAPA as outras atividades do PI, bem como a supervisão dos trabalhos da agencia. Até a presente data encontram-se como registrados no MAPA 254 estabelecimentos comerciais.

Recursos aplicados

PI (s) / Elemento de Despesas	FISFECOI	FISCINAN	FISCGENE	FISCAGRIC	FISCALSEM	FISAGROTOX
3390.14	6.2431,08	3.050,94	1.889,15	591,67	36.075,54	433,61
3390.30	2.224,31	382,14	-	-	7.355,39	190,40
3390.33	-	640,81	2.720,24	600,00	22.082,29	-
3390.39	-	-	-	-	8.207,00	-
44.90.52	2.940,00	-	-	-	-	-
Total	11.407,39	4.073,89	4.609,39	1.191,67	73.720,22	624,01

5 – DESEMPENHO OPERACIONAL

Serão apresentados indicadores as ações estabelecendo um link com o item anterior na ordem dos serviços:

VIGIAGRO

A programação das ações do VIGIAGRO/PA foi elaborada com base na execução das atividades dos últimos 3 anos. Trata-se de demanda de exportação e importação de produtos e insumos agropecuários que depende de variáveis relacionadas ao comércio exterior e a imposição de restrições ou barreiras de ordem sanitária e fitossanitária pelos paises importadores. Do mesmo modo, pode ocorrer, também, o aumento ou diminuição de fluxo de passageiros em trânsito internacional, devido, por exemplo, a flutuação do câmbio, influenciando diretamente na demanda do Serviço.

O produto "**partida inspecionada**" foi escolhido como indicador de desempenho por ser mais representativa das ações do VIGIAGRO, visto que a certificação e o despacho de produtos agropecuários em trânsito como cargas, bagagens ou encomendas dos produtos fiscalizados passam pela verificação física a cada partida, lote ou embarque. Para tanto são emitidos os respectivos termos e despachos definidos no Manual de Procedimentos cuja somatória representa o referido produto.

Para medir o desempenho das ações do VIGIAGRO/PA serão utilizados cálculos de **eficiência** e **eficácia**. Com relação à **efetividade** serão tecidos apenas comentários relativos a estas ações.

Cálculo de Eficiência e Eficácia:

As fórmulas utilizadas para os cálculos são as seguintes:

Eficiência = Variação relativa (%) = [(CUR/CUP)x100]-100, onde CUR = Custo Unitário Realizado e CUP = Custo Unitário Programado.

Eficácia = Executado x 100/Programado

Ação: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e Seus Produtos:

2.1.1. Cálculo da Eficiência

Custo Unitário Programado(CUP)= Custo programado/Quantidade programada
Custo Unitário Realizado(CUR) = Custo realizado/Quantidade realizada

Dados:
Custo programado = **R$ 70.120,14**
Custo realizado = **R$ 61.996,92**
Quantidade programada = **980** (partida inspecionada)

Quantidade realizada = **850** (partida inspecionada)

Custo Unitário Programado: 70.120,14/980 = **71,55**
Custo Unitário Realizado: 61.996,92/850 = **72,93**

Aplicando a fórmula:

Eficiência = Variação relativa (%) = [(CUR/CUP)x100]-100

[(72,93/71,55)x100]-100

Eficiência = 1,92 %

Cálculo da Eficácia

Dados:
Partidas inspecionadas programadas = 980
Partidas inspecionadas executadas = 850

Aplicando a fórmula:

Eficácia = Executado x 100/Programado

850 x 100/980

Eficácia: 86,73%

Comentários: Não há como precisar a demanda de partidas inspecionadas, considerando os fatores intervenientes no comércio e turismo internacional. Destaca-se aqui, no entanto, que atividades de fiscalização específicas não foram postas em prática devido a capacidade operativa insuficiente para esse fim, além da falta de infra-estrutura adequada (câmaras frias) para execução, por exemplo, da fiscalização de embarque de produtos de origem animal destinados à alimentação, o que poderia comprometer a integridade da carga embarcada. Estes podem ser os fatores que influenciaram diretamente nestes resultados.

Ação: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e Seus Produtos:

Cálculo da Eficiência

Custo Unitário Programado(CUP)= Custo programado/Quantidade programada
Custo Unitário Realizado(CUR) = Custo realizado/Quantidade realizada
Dados:
Custo programado = R$ 103.590,56
Custo realizado = R$ 82.020,69
Quantidade programada = 7.000 (partida inspecionada)
Quantidade realizada = 6.237 (partida inspecionada)

Custo Unitário Programado: 103.590,56/7.000 = **14,79**
Custo Unitário Realizado: 82.020,69/6.237 = **13,15**

Aplicando a fórmula:

Eficiência = Variação relativa (%) = [(CUR/CUP)x100]-100

[(13,15/14,79)x100]-100

Eficiência = (-) 11,08 %

2.1.1. Cálculo da Eficácia

Dados:
Partidas inspecionadas programadas = 7.000
Partidas inspecionadas executadas = 6.237

Aplicando a fórmula:

Eficácia = Executado x 100/Programado

6.237 x 100/7.000

Eficácia = 89,10%

Comentários:

Como fatores que podem influenciar diretamente nestes resultados, podemos citar:

♦ Não há como programar metas físicas precisas para uma ação que depende de demanda de partidas exportadas ou importadas, considerando os fatores variáveis relativos ao comércio e turismo internacional.

♦ A diminuição de partidas inspecionadas no período se deve a efetiva aplicação de norma relativa à categorização de risco fitossanitário de produtos, sendo que para produtos que não apresentam risco pelo processamento que sofreram e pelo uso proposto, só há interveniência para certificação quando, comprovadamente, a certificação for exigida pelo país importador.

♦ As despesas relativas à execução de serviços não foram liquidadas em sua grande parte e veio a prejudicar os resultados relativos a eficiência.

♦ Com relação à **efetividade** desta ação, podemos afirmar que as medidas fitoquarentenárias referentes ao trânsito internacional de vegetais e de controle de qualidade dos insumos agrícolas, adequadamente aplicadas pelo Serviço e suas Unidades, geram os esperados benefícios de cunho econômico-social, cumprindo, desta forma, a missão do sistema VIGIAGRO.

SIPAG

INDICADORES OU PARÂMETRO DE GESTÃO.

PI: PADCLASSIF.

Eficiência: (custo total/nº de fiscalizações realizadas) = custo unitário

Custo Unitário = 42.988,71 / 195 = **R$ 220,45**

Eficácia:(executado/programado) x 100= %

Eficência = 195 / 150 X 100 = **130 %.**

Efetividade: (quantidade de produtos envolvidos em atuações/total de produtos fiscalizados)X100
Efetividade = 2.188,93 / 2.500 X 100 = **87,55%** (taxa de conformidade de prod. física)

Comentários:

Do total de recursos utilizados para execução da atividade, R$ 24.544,85 foram destinados para atender despesas com o III ENFIQ (Encontro Nacional de Fiscalização e Inspeção da Qualidade Vegetal), reuniões técnicas, projeto Castanha-do-Brasil e projeto Pimenta-do-Reino, ficando apenas R$ 22.604,75 para a efetiva Fiscalização da Classificação Vegetal no Estado do Pará. Ressalta-se que, para efeito de cálculos dos indicadores de desempenho, foram utilizados os valores constante da tabela financeira mencionado no item anterior.

Considerando o indicador de EFICIÊNCIA, atingimos um Custo Unitário ótimo se levarmos em conta que atingimos 30% acima da meta programada.

Quanto ao indicador da EFICÁCIA, atingimos 130% do programado, esclarecendo que este alto índice está em função de reprogramação determinada pela Coordenação de Ação Nacional.

Ressaltamos que no exercício de 2007, tivemos uma variação relativa de 178,00% de recursos financeiros recebidos para efetivação fiscal no Estado do Pará, em relação aos recursos financeiros recebidos em 2006, fato este que demonstra significativo crescimento para melhor desempenho da fiscalização no Estado do Pará garantindo a qualidade, assim como, a segurança alimentar dos consumidores o que pode ser ratificado ao analisarmos a Efetividade de nossas ações a qual demonstra em números uma taxa de conformidade de produtos fiscalizados de 87,55% efetivada apenas em cima de produtos oferecidos ao mercado interno, ou seja, os números de produtos importados fiscalizados foram aqui desconsiderados uma vez que elevariam sobremaneira os valores finais e não atestariam o produto de nossas ações até agora analisados, quais sejam: estabelecimentos fiscalizados.

PI: IPVEGETAL.

Eficiência: (custo total/nº de inspeções realizadas)=

Eficiência = 14.103,60 / 66 = **R$ 213,69**

Eficácia: (executado/programado) x 100= % de estabelecimento inspecionados no ano.
Eficácia = 66/ 100 X 100 = **66 %.**

Efetividade: (número de estab.padrão/total de estabelecimento inspecionado) x 100
Efetividade = 63 / 66 X 100 = **95,45%** (índice de conformidade dos estabelec. Inspecionados)

RESULTADOS

As ações e atividades a cargo e responsabilidade do SIPAG/DT-PA, especificamente, no que concerne à área vegetal, foi tudo executado de forma direta e com total observância a legislação federal vigente, a programação aprovada para o exercício, a disponibilidade de recursos orçamentários efetivamente descentralizados, e das prioridades eleitas em função das demandas externas (atendimento diário ao público, vistorias, fiscalizações, etc.) e internas (reuniões técnicas-administrativas, seminários, cursos de capacitação, etc.), haja vista, o limitado quantitativo de FFAS, habilitados e capacitados em exercício na IISPOV/SIPAG/DT/SFA/PA.

No exercício de 2007, centrou-se o foco das ações sobre a inspeção/fiscalização dos estabelecimentos registrados como produtores de açaí para exportação e consumo interno, dada a importância econômica, social e ambiental que o produto e derivados representam na cadeia produtiva de frutas regionais, e acima de tudo como uma estratégia para estabelecimento de um agronegócio forte e sustentável na Região, em termos de exportação de polpas de frutas e açaí, e que de fato reflita positivamente na geração de emprego e renda no meio rural e nos grandes centros consumidores, com garantia de certificação quanto à identidade, qualidade e sanidade dos produtos, exigidos à segurança alimentar humana.

Registre-se, que, na atualidade, o consumidor está mais consciente, conhecedor de seus direitos, atento e exigente, o que demanda a necessidade por um eficiente, eficaz e efetivo controle de identidade, qualidade, conformidade e certificação dos produtos e derivados para consumo humano, quer seja para o mercado interno como para exportação. E, por conseqüência, logicamente, imprime-se um aumento de arrecadação de impostos e divisas, o que é imprescindível para o desenvolvimento das políticas públicas em geral, se tornando dessa forma, um incentivo extra para a fixação de famílias no campo e possibilitando mais investimentos em tecnologias de ponta para incremento da produção e da produtividade, diminuição do desperdício de matéria-prima devido o processamento adequado e tecnológico das polpas de frutas utilizadas a fabricação de bebidas, e melhorando a competitividade dos produtos regionais no competitivo mercado internacional.

Nos últimos três anos, a equipe da Inspeção Vegetal diminuiu, mas, os resultados alcançados demonstram o bom desempenho do serviço em função do planejamento das ações visando a variação positiva da relação custo/benefício e a otimização dos recursos financeiros e logísticos disponíveis para a execução.

Ressalta-se que a ampla participação da Inspeção em diversos eventos e parcerias com o Governo do Estado e outros órgãos da esfera federal, tem contribuído para que as agroindústrias do Pará adotem processos de produção qualitativa e de visão sistêmica das cadeias produtivas, na busca ao atendimento das demandas da sociedade e do comércio global em prol de alimentos seguros e de qualidade, fatores estes indispensáveis para a conquista da credibilidade dos produtos do agronegócio paraense.

Ao interpretarmos os avanços obtidos na gestão/07 vemos que apesar da diminuição dos recursos humanos e a crescente demanda, relativa às ações, produtos e metas estabelecidas visualizamos que, conseguimos atingir um percentual significativo na **efetividade** uma vez que o **índice de conformidade** (**95,45%)** alcançado sugere que a ação fiscal está sendo relevante à oferta de produtos de qualidade ao consumo, combinado a crescente adequação das indústrias, sob a nossa égide, aos padrões de qualidade total condicionados nos acordos multilaterais da comercialização o que também influencia o mercado interno.

Ao consideramos o universo programado como metas objetivando a melhoria de qualidade de vida motivada pela manutenção da saúde em níveis aceitáveis e o combate à fraude econômica, observamos de forma concreta os seguintes avanços: utilização dos recursos de forma coerente e otimizada com o devido acompanhamento, um **custo unitário** (**R$213,69)** de inspeções e fiscalizações consideráveis de bons a ótimos, o que denota **eficiência** na execução das metas, o estreitamento nas parcerias levando ao redirecionamento do serviço e um maior alcance dos resultados perfazendo assim um reflexo positivo na sociedade, maior integração dos trabalhos viabilizada pelo entendimento intersetorial e hierárquico o que facilitou a liberação e a melhor utilização dos recursos, melhor transparência do serviço tanto na execução do programado quanto na divulgação dos resultados, criação da consciência fiscal e sua influência no consumidor, perpetuação do trinômio inspeção x fiscalização x qualidade.

Ao atingirmos percentuais significativos (**66 %)**, considerados os entraves existentes associado aos produtos e metas programadas vemos **eficácia** em nossas ações o que nos compromete a um futuro de maiores desafios o que sugere acompanhar o avanço tecnológico

dos elementos aplicados na “fraude intencional” e aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos; otimizar o tempo ao estudo de meios analíticos para a solução de problemas gerais e específicos; superar as dificuldades do baixo conhecimento do operacional nas áreas de implantação das indústrias e influenciar a profissionalização da representação técnica e legal das indústrias; adequar a utilização de recursos à realidade regional; promover o interesse do público interno e externo à área de atuação provocando inclusive o aprimoramento das relações interinstitucionais e o aperfeiçoamento das parcerias levando a racionalização do uso dos recursos e a adequação dos acordos de cooperação técnica; revisão dos procedimentos buscando elevar a qualidade do serviço prestado à sociedade.

PI: INSPANIMAL 2.

Eficiência: (custo total/nº de inspeções realizadas)
Eficiência = 31.806,67 / 59 = **R$ 539,10**.(custo unitário)

Eficácia: (executadoxprogramado) x 100= % de estabelecimento inspecionado no ano
Eficácia = 59 / 78 X 100 = **75,64 %.**

Efetividade: 703 / 714 X 100 = **98,46%.** (índice de conformidade dos produtos inspecionados – análise laboratorial).

RESULTADOS

Ao interpretarmos os avanços obtidos na gestão/07 na IISPOA/SIPAG/DT/SFA/PA vemos uma crescente demanda, relativa às ações, produtos e metas estabelecidas uma vez que, com a mudança do status sanitário do Estado, novas indústrias foram implantadas, novos mercados foram atingidos, houve novas contratações melhorando o corpo técnico e um aprimoramento em nossas atividades de tal maneira que os objetivos traçados foram alcançados de forma significativa basta que se veja que conseguimos atingir um percentual expressivo na **efetividade** uma vez que o **índice de conformidade** (**98,46%.)** alcançado sugere que a ação fiscal está sendo relevante à oferta de produtos de qualidade ao consumo, combinado a crescente adequação das indústrias, sob a nossa égide, aos padrões de qualidade total condicionados nos acordos multilaterais da comercialização o que também influencia o mercado interno. Ao consideramos o universo programado como metas objetivando a melhoria de qualidade de vida motivada pela manutenção da saúde em níveis aceitáveis e o combate à fraude econômica, observamos de forma concreta os seguintes avanços: utilização dos recursos de forma coerente e otimizada com o devido acompanhamento, um **custo unitário** (**R$ 539,10)** de inspeções e fiscalizações considerado bom, o que denota **eficiência** na execução das metas, o estreitamento nas parcerias levando

ao redirecionamento do serviço e um maior alcance dos resultados perfazendo assim um reflexo positivo na sociedade, maior integração dos trabalhos viabilizada pelo entendimento intersetorial e hierárquico o que facilitou a liberação e a melhor utilização dos recursos, melhor transparência do serviço tanto na execução do programado, quanto na divulgação dos resultados, criação da consciência fiscal e sua influência no consumidor, perpetuação do trinômio: inspeção x fiscalização x qualidade.

O fato de atingirmos percentuais próximos do computo total (**75,64 %)**, considerados os produtos e metas programadas, torna **eficaz** as nossas ações e nos compromete a um futuro de maiores desafios o que sugere acompanhar o avanço tecnológico dos elementos aplicados na "fraude intencional" e aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos; otimizar o tempo ao estudo de meios analíticos para a solução de problemas gerais e específicos; superar as dificuldades do baixo conhecimento do operacional nas áreas de implantação das indústrias e influenciar a profissionalização da representação técnica e legal das indústrias; adequar a utilização de recursos à realidade regional; promover o interesse do público interno e externo à área de atuação provocando inclusive o aprimoramento das relações interinstitucionais e o aperfeiçoamento das parcerias levando a racionalização do uso dos recursos e a adequação dos acordos de cooperação técnica; revisão dos procedimentos buscando elevar a qualidade do serviço prestado à sociedade.

SEDESA

INDICADORES OU PARÂMETRO DE GESTÃO.

PI: VIGIFITO

Para aferição do desempenho operacional da ação VIGIFITO calculou-se os indicadores de Eficiência e Eficácia sobre as atividades de vigilância, prevenção e controle de pragas considerando que foram as que mais demandaram os recursos do VIGIFITO.

Desta forma, utilizando-se dos cálculos abaixo verificou-se que o Serviço de Sanidade Agropecuária apresentou-se eficiente este ano quanto à realização de suas metas considerando que, apesar do aumento da área trabalhada não ultrapassou os recursos previstos para esta ação e sem, sobretudo, afetar a qualidade do serviço pois os resultados qualitativos quanto ao controle das pragas demonstram o avanço que se teve em 2007, tais como a manutenção do zero foco nas áreas sob vigilância da Mosca da Carambola, cancro cítrico, pinta preta dos citros e de outras pragas ausentes no Estado.

A maioria das auditorias realizadas nas Unidades locais da ADEPARA e às Barreiras fitossanitárias foi concomitantemente com as ações de vigilância da mosca da carambola, visando otimização de recursos humanos e financeiros.

O indicador de **Eficácia** mostra-se positivo, contudo demonstra baixa eficácia do Serviço. Esse dado é atribuído ao fato do aumento de área que se trabalhou este ano em decorrência do surgimento de foco da Mosca da Carambola em Monte Dourado. Fomos obrigados a aumentar a área monitorada para a praga e acrescentar a área que se encontra sob controle oficial. A programação das metas foi feita de acordo com a capacidade operacional do SEDESA e com previsão das intempestividades que acontecem na descentralização de recursos orçamentários e financeiros.

Cálculos

A) EFICIÊNCIA:

Custo da Vigilância, Prevenção e controle de pragas em 2007

Custo unitário realizado (CUR) em 2007, em reais é custo total realizado (CR) /quantidade realizada (QR) da meta física:

CUR2007 = CR2007 : QR2007
CUR2007 = 322.862,41*:* 89.858,40= **3,59**

Custo unitário programado (CUP) em 2007, em reais e custo total programado da ação CP)/ **(**quantidade programada (QP**)** da meta física.

CUP2007 = CP2007 : QP2007

CUP2007 = 324.547,45: 71.688,42 = **4,52**

Variação % entre o custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007:

V(%) = [(CUR2007 : CUP2007)-1].100

V(%) = [(3,59: 4,52) -1].100= - **20,57** Custo realizado 20,57% a menor em relação ao programado em 2007

B) EFICÁCIA

Área sob Vigilância, Prevenção e controle de pragas em 2007 em relação à programada

Variação Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2007, em Quantidade da Meta Física.
VA 2007 = QR 2007 – QP 2007
VA 2007 = 89.858,40 – 71.688,42= **18.169,98**

Variação relativa (VR) *entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2007, em percentagem:*

VR2007 = [(QR2007 : QP2007).100

% = (QR2007 : QP2007). 100

*% = (*89.858,40*:71.688,42). 100=* ***1,25***

VIGIZOO

Para aferição do desempenho operacional da ação VIGIZOO calculou-se o indicador de Eficácia considerando que as atividades de campo inerentes a esta ação são realizadas com recursos dos Programas específicos como FEBREAFTOSA, PCEAVE - Sanidade Avícola e outros.

No cálculo abaixo o indicador mostra que o SEDESA foi altamente eficaz na realização do VIGIZOO. Esse dado é atribuído ao fato do aumento de auditorias realizadas em 2007, principalmente devido ao reconhecimento da Área Livre de Aftosa.

INDICADORES

A) EFICÁCIA

Nº de Auditorias realizadas nas ULSA e Barreiras Sanitárias em 2007 em relação à programada

Variação Absoluta (VA) *Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2007, em Quantidade da Meta Física.*
VA 2007 = QR 2007 – QP 2007
VA 2007 = 95 – 30= 65

Variação relativa (VR) *entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2007, em percentagem:*

VR2007 = [(QR2007 : QP2007).100

% = (QR2007 : QP2007). 100

*% = (*95*:30). 100=* ***316***

ERRADMOSCA

Para aferição do desempenho operacional da ação ERRADMOSCA calculou-se os indicadores de Eficiência e Eficácia tomando-se como base os recursos destinados às atividades do SEDESA.

Quanto à eficiência, os cálculos abaixo demonstram que o Serviço de Sanidade Agropecuária apresentou-se eficiente na realização de suas metas, apesar do aumento da área trabalhada,

não ultrapassou os recursos previstos para esta ação. Isto considerando que grande parte das ações de combate foram custeadas pelo VIGIFITO e CPFRUTI, dada a situação emergencial de controle de focos em Monte Dourado não programada para 2007. Embora estas duas ações estejam voltadas para as ações da sanidade vegetal, é necessário que para 2008 seja programado um volume maior de recursos para se trabalhar com o ERRADMOSCA.

O indicador de Eficácia mostra um resultado altamente positivo para o Serviço. Esse dado é atribuído ao fato do aumento de área que se trabalhou este ano em decorrência do surgimento de foco da Mosca da Carambola em Monte Dourado. Fomos obrigados a aumentar a área monitorada para a praga, e acrescentar a área que se encontra sob controle oficial.

INDICADORES

A) EFICIÊNCIA:

Custo da Prevenção e controle da mosca da carambola em 2007

Custo unitário realizado (CUR) em 2007, em reais é custo total realizado (CR) /quantidade realizada (QR) da meta física:

CUR2007 = CR2007 : QR2007
CUR2007 = 144.118,00: 125.009.389= 0,001

Custo unitário programado (CUP) em 2007, em reais e custo total programado da ação CP)/ (quantidade programada (QP) da meta física.

CUP2007 = CP2007 : QP2007

CUP2007 = 144.118,00: 125.000.000 = 1,15

Variação % entre o custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007:

V(%) = [(CUR2007 : CUP2007)-1].100

V(%) = [(0,001 : 1,15)-1].100 = - 99,91%

B) EFICÁCIA

Área sob Prevenção e controle da Mosca da Carambola em 2007 em relação à programada

Variação Absoluta (VA) *Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2007, em Quantidade da Meta Física.*
VA 2007 = QR 2007 – QP 2007
VA 2007 = 134.388,6 – 125.000 = 9.388,6

Variação relativa (VR) *entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2007, em percentagem:*

VR2007 = [(QR2007 : QP2007).100

% = (QR2007 : QP2007). 100

*% = (*125.009.389 *: 125.000.000). 100*= ***100,00 %***

PI: CPFRUTTI

Para aferição do desempenho operacional da ação CPFRUTI1 tomou-se como referência a área controlada para a mosca da carambola considerando-se que os recursos recebidos em 2007 foram voltados para esse fim.

Considerando a necessidade de se trabalhar na erradicação da mosca da carambola houve uma reprogramação dos recursos para esta ação, refletida nos altos índices obtidos na eficiência e eficácia dados os valores realizados de meta física.

Cálculos:

A) EFICIÊNCIA:

Custo do controle de Pragas em 2007

Custo unitário realizado (CUR) em 2007, em reais é custo total realizado (CR) /quantidade realizada (QR) da meta física:

CUR2007 = CR2007 : QR2007
CUR2007 = 43.122,64: 9.425,34= **4,57**

Custo unitário programado (CUP) em 2007, em reais e custo total programado da ação CP)/ **(**quantidade programada (QP**)** da meta física.

CUP2007 = CP2007 : QP2007

CUP2007 = 43.296,62: 500 = 86,59

Variação % entre o custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007:

V(%) = [(CUR2007 : CUP2007)-1].100

V(%) = [(4,57 : 86,59)-1].100 = **- 94,72%**

B) EFICÁCIA

Área sob controle de pragas em 2007 em relação à programada

Variação Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2007, em Quantidade da Meta Física.
VA 2007 = QR 2007 – QP 2007
VA 2007 = 9.425,34– 500 = **8.925,34**

Variação relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2007, em percentagem:

VR2007 = [(QR2007 : QP2007).100

% = (QR2007 : QP2007). 100

% = (9.425,34 : 500). 100= **1.885,06 %**

PI: SIGATOKA

Nesta ação o produto principal foi o número de auditorias realizadas tanto para manutenção da Área Livre, como para adesão das Unidades de Produção e Casas de Embalagens ao Sistema de Mitigação de Risco para a Sigatoga Negra.

Com relação ao indicador de eficiência o serviço mostrou-se positivo, em 2007, considerando que o CUR foi menor que o CUP, na ordem de 58,06%. Isto demonstra que a programação atendeu as demandas da ação. É importante ressaltar que a variação percentual entre o custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP), em 2007, foi muito superior em função de não termos programado as auditorias tanto nas unidades de produção e casas de embalagens para inclusão ao Sistema de Mitigação de Risco para a Sigatoka Negra, pois no momento a área era livre da referida doença. Analisamos os custos realizados em relação ao programado e concluímos que estes foram superestimados, pois realizamos uma quantidade maior que a programada e, ainda, com menor custo. Isto indica que para 2008 será necessário novo ajuste na programação. Por outro lado nesse ano ocorreu devolução de recursos não utilizados nas ND 3390-14 e 3390-39.

O indicador de eficácia demonstrou que a meta física programada foi atingida em 233,33%, considerando que o número de auditorias antes programadas para a Área Livre de Sigatoka Negra, teve um aumento significativo quando estas foram revertidas para unidades de produção- UP e casas de embalagem – CE sob Sistema de Mitigação de Risco. Além disso, após a descoberta do foco na Área Livre, os recursos foram reprogramados, pois houve uma maior necessidade de reuniões com os produtores e auditorias para implantação do referido sistema. Além disso, a chegada de mais um FFA no quadro do SEDESA, no segundo semestre, possibilitou um maior desenvolvimento das atividades deste PI, aumentando assim a freqüência de auditorias na área.

Cálculo:

A) EFICIÊNCIA:

Custo de auditorias realizadas na Área Livre e no Sistema de Mitigação de Risco para Sigatoka Negra.

Custo unitário realizado (CUR) em 2007, em reais é custo total realizado (CR) /quantidade realizada (QR) da meta física:

CUR2007 = CR2007 : QR2007

CUR2007 = 9.673,33 : 28 = **345,58**

Custo unitário programado (CUP) em 2007, em reais é custo total programado da ação (CP)/quantidade programada (QP) da meta física.

CUP2007 = CP2007: QP2007

CUP2007 =9.888,22: 12 = **824,02%**

Variação % entre o custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007:

V(%) = [(CUR2007 : CUP2007)-1].100=

V(%) = (345,58 : 824,02) – 1]. 100 = **- 58,06**

B) EFICÁCIA

Numero de auditorias realizadas com o percentual de auditorias programada.

Variação Absoluta (VA) entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2007, em Quantidade da Meta Física.
VA 2007 = QR 2007 – QP 2007
VA 2007 = 28 – 12= **16**

***Variação relativa (VR) entre o nº de auditorias realizadas e o nº de auditorias programadas em 2007*:**

Relação percentual % = (QR2007 : QP2007). 100

% = (28 : 12). 100 = **233,33%**

PI:FEBREAFTOSA

Na ação FEBREAFTOSA foram empenhados R$122.363,74 (cento e vinte e dois mil, trezentos e sessenta e três reais e setenta e quatro centavos) e foram liquidados R$55.820,60 (cinqüenta e cinco mil, oitocentos e vinte reais e sessenta centavos). Contudo no SEDESA gastou somente R$14.949,56 (quatorze mil, novecentos e quarenta e nove reais e cinqüenta e seis centavos) com as atividades diretas sendo que, o restante foi destinado para a administração da SFA atender pagamentos de: manutenção de equipamentos, despesas com estagiários, aquisição de material de consumo e produção de material.

Cálculo

A) EFICIÊNCIA:

Custo de Auditorias realizadas no PNEFA em 2007

Custo unitário realizado (CUR) em 2007, em reais é custo total realizado (CR) /quantidade realizada (QR) da meta física:

CUR2007 = CR2007 : QR2007
CUR2007 = **55.820,60**: 79 = 706,58

Custo unitário programado (CUP) em 2007, em reais e custo total programado da ação CP)/ (quantidade programada (QP) da meta física.

CUP2007 = CP2007 : QP2007

CUP2007 = 122.363,74: 79 = **1.548**

Variação % entre o custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007:

V(%) = [(CUR2007 : CUP2007)-1].100

B) EFICÁCIA

Auditorias realizadas no PNEFA em 2007 em relação à programada

Variação Absoluta (VA) entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2007, em Quantidade da Meta Física.
VA 2007 = QR 2007 – QP 2007
VA 2007 = 79 – 79 = **0**
Variação relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2007, em percentagem:
VR2007 = [(QR2007 : QP2007).100

% = (QR2007 : QP2007). 100

% = (79 : 79). 100= **100,00 %**

SEPDAG

Serão utilizados como indicadores de desempenho operacional das ações desenvolvidas pelo SEPDAG/DT/SFA-PA o número de produtores atendidos ou pessoas beneficiadas. Como resultado do esforço realizado pela equipe do SEPDAG/DT/SFA-PA foram beneficiadas 108.309 pessoas de acordo dom a Tabela abaixo que detalhou pro Programa o resultado.

Tabela Indicadores de desempenhos

PROGRAMA	Produtores Atendidos e/ou Pessoas Beneficiadas
Desenvolvimento da agricultura orgânica – Pro-orgânico	3.355
Desenvolvimento da Horticultura	40
Desenvolvimento da Fruticultura	1.000*
Desenvolvimento dos Sistemas de Propriedade Intelectual	213
Contratos de Repasses	103.701
TOTAL	**108.309**

* mínimo estimado

SEFAG

Os indicadores de desempenho foram calculados para medir em diferentes aspectos, o comportamento da execução das ações.

Eficiência

O indicador de eficiência foi calculado em termos do custo unitário para a realização de um produto (fiscalização realizada) e sua relação com o custo unitário programado para o ano de 2007. Não são consideradas despesas que não estejam ligadas diretamente à execução do produto:

Custo unitário realizado (CUR2007) - Custo médio de uma fiscalização realizada

$$CUR2007 = \frac{CR2007}{FR2007}$$

Custo unitário programado (CUP2007) - Custo médio programado de uma fiscalização

$$CUP2007 = \frac{CP2007}{FP2007}$$

onde, CR2007 é o custo total realizado em 2007 para a execução do produto da ação, CP2007 é o custo total programado em 2007 para a execução do produto da ação, FR2007 é o número de fiscalizações realizadas em 2007 e FP2007 o número de fiscalizações programadas para 2007.

Variação em percentagem entre o custo unitário realizado e programado em 2007 (VP2007):

$$VP2007 = \left[\left(\frac{CUR2007}{CUP2007} \right) - 1 \right] \times 100$$

Eficácia

O indicador de eficácia mede o desempenho obtido na execução das metas físicas:

Variação absoluta entre a quantidade de fiscalizações realizadas em relação à quantidade programada para 2007 (VAFR2007):

$$VAFR2007 = (N^{o}\ total\ de\ fiscalizações\ realizadas) - (N^{o}\ total\ de\ fiscalizações\ programadas)$$

Percentual de fiscalizações realizadas em relação ao programado para 2007 (PFR2007):

$$PFR2007 = \frac{Número\ total\ de\ \ fiscalizações\ realizadas\ em\ 2006}{Número\ total\ de\ \ fiscalizações\ \ programadas\ em\ 2006} \times 100$$

Efetividade

Para o indicador de efetividade não foram consideradas as fiscalizações realizadas em estabelecimentos comerciais, haja vista, que, para realidade local, estes não representam significativa relevância em relação aos estabelecimentos fabricantes e produtores, sobretudo no que diz respeito ao alcance dos objetivos do PPA.

Variação absoluta entre o número de estabelecimentos atingidos e o número de estabelecimentos existentes no Pará em 2007 (VAAE2007)

$$VAAE2007 = (N^{o}\ de\ estabelecimentos\ \ atingidos) - (N^{o}\ de\ estabelecimentos\ \ existentes)$$

Percentual de estabelecimentos atingidos em relação ao número total de estabelecimentos existentes no Pará em 2007 (PEA2007):

$$PEA2007 = \frac{Número\ de\ estabelecimentos\ atingidos\ \ em\ \ 2007}{Número\ \ total\ \ de\ estabelecimentos\ no\ Pará\ \ em\ \ 2007} \times 100$$

Resultado dos Indicadores obtidos

Tipo	Valor*
Indicadores de eficiência	
Custo unitário realizado (CUR2007)	R$38,82
Custo unitário programado (CUP2007)	R$308,94
Variação absoluta entre o custo unitário realizado e o programado em 2007	-R$270,11
Variação em porcentagem entre o custo unitário realizado e o custo unitário programado para 2007 (VP2007)	-87,43%
Indicador de Eficácia	
Variação absoluta entre a quantidade de fiscalizações realizadas em relação à quantidade programada em 2007(VAFR2007)	9
Percentual de execução de fiscalizações em relação à quantidade programada em 2007 (PFR2007)	119,15%
Indicadores de efetividade	
Variação absoluta entre o número de estabelecimentos fabricantes atingidos e o número de estabelecimentos existentes no Pará em 2007 (VAAE2007)	-5
Percentual de estabelecimentos fabricantes atingidos em relação ao número total existente no Pará em 2007 (PEA2007)	79,17%

*O sinal negativo em alguns valores indica apenas que houve uma variação para menos do indicador correspondente.

A Variação em porcentagem entre o custo unitário realizado e o custo unitário programado para 2007-VP2007 (-87,43%) indica que o custo médio unitário para realizar uma fiscalização foi 87,43% mais baixo que o custo médio unitário programado. Este valor foi fortemente influenciado pela não utilização de recursos para aquisição de passagens aéreas em fiscalizações e devido ao valor do percentual de execução de fiscalizações em relação à quantidade programada em 2007 (PFR2007) que foi de 119,15%. No cálculo deste indicador não foram incluídos custos com viagens para reuniões e aquisição de material permanente.

O Percentual de estabelecimentos fabricantes atingidos em relação ao número total existente no Pará em 2007 (PEA2007) foi de 79,17%. Este valor não atingiu a totalidade dos estabelecimentos registrados no Pará, em função do número insuficiente de fiscais, uma vez que existe uma grande carga de trabalho em nível de escritório na SFA/PA em Belém.

Considerações Finais

As atividades relacionadas ao PI FISCINAN foram prejudicadas, sobretudo pelo número insuficiente de Fiscais Federais Agropecuários para atender a área de fiscalização de insumos destinados à alimentação animal. Atualmente, somente dois fiscais executam as ações no Estado do Pará, sendo que, apenas um com dedicação exclusiva.

A colheita de amostras foi prejudicada pela não realização, por parte do Laboratório Nacional Agropecuário - LANAGRO-PA, de análises de minerais e pesquisa de salmonela.

O recurso destinado à aquisição de material permanente não foi totalmente executado, embora tenha sido solicitada ao setor competente da SFA-PA, em tempo hábil, a compra de equipamento e material necessário ao melhor desenvolvimento das ações do PI em apreço.

Ressalta-se, ainda, que a greve dos Fiscais Federais Agropecuários também influenciaram negativamente desenvolvimento das ações.

As dificuldades e entraves aqui descritos podem por em risco a conformidade e a qualidade dos produtos destinados à alimentação animal.

6 – CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UG OU GRUPRO DE UNIDADES AFINS

(conforme anexos II e X da DN-TCU – 85/2007)

Anexo A – Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme ítem 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN –TCU-85/2007

Não se aplica

Anexo B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU – 85/2007)

Não se aplica

Anexo C – Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I – 1.8 do Anexo da DN – TCU – 85/2007)

Tabela 1– Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura.

2005	2006	2007
Não se aplica	Não se aplica	43.077,98

Não houve pagamento mediante fatura nos exercícios de 2005 e 2006, apenas no exercício de 2007.

Tabela 2– Cartão de crédito corporativo: Detalhamento das despesas pagas mediante fatura

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor (R$)
Despesas c/ viagens a serviço	Serviços de fiscalização e afins	Ivo Katuji Morikawa	2.190,71
Idem	Idem	Benedito Fiel da Costa	2.500,12
Idem	Idem	Carlos Alberto Carvalho de Moraes	709,12
Idem	Idem	Paulo Bastos Atan Filho	2.502,62
Idem	Idem	Maelcio Oliveira de Souza	352,00
Idem	Idem	Raimundo Nonato Leal de Souza	880,00
Idem	Idem	Simão Pedro de S. Vasconcelos	363,87
Idem	Idem	José Carlos de Vasconcelos Pessoa	640,00
Idem	Idem	José Antonio Monteiro dos Santos	170,74
Idem	Idem	Herdimir de Assis Moreira	226,90
Idem	Idem	Estevam de Oliveira castelo	5.511,07
Idem	Idem	Pedro Paulo da Costa Mota	887,24
Idem	Idem	Luiz Otavio Gonçalves Monteiro	189,41
Idem	Idem	Maria das graças de Sousa	190,00
Idem	Idem	Cristóvão Morelly K. Hashiguti	1.981,56
Idem	Idem	Ananias Silva Santa Brígida	3.200,00
Idem	Idem	Martha Parry de Castro M Nogueira	54,31
Idem	Idem	Geraldo N. Santos do Nascimento	869,04
Idem	Idem	Evandro José de Lima Raposo	817,88
Idem	Idem	José Carlos Barroso Junior	50,00
Idem	Idem	Adriroseo Raimundo A. dos Santos	896,53
Idem	Idem	Mauro Guilherme Barbosa Paraense	512,30
Idem	Idem	Jaino Diogo de Faria Franco	1.125,00
Idem	Idem	Domingos Primo dos Santos	300,00
Idem	Idem	José Vaz Araújo	2.000,00
Idem	Idem	José Maria de Sousa Nunes	1.710,52
Idem	Idem	Raimundo Azevedo Arouche	4.177,60
Idem	Idem	Telma Vidal Galvão	1.600,00
Idem	Idem	Dalton Hostalacio	1.911,05
Idem	Idem	Humberto Pinto Brito	1.235,05
Idem	Idem	Marcelo Sousa de Oliveira	97,00
Idem	Idem	Zila Cristina Bacelar Sidonio	344,00
Idem	Idem	Paulo Sergio Souza	1.909,86
Idem	Idem	João Frattini Gonçalvesramos	416,35
Idem	Idem	Nélio Monteiro de Sousa	298,13
Idem	Idem	Elison Lira de Sousa	258,00
TOTAL			43.077,98

Tabela 3 – Cartão de crédito corporativo: série histórica dos saques efetuados.

2005	2006	2007
202.070,00	146.845,00	108.545,00

Tabela 4 – Cartão de crédito corporativo: Detalhamento dos saques efetuados em 2007

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Despesas c/ viagens a serviço	Serviços de fiscalização e afins	Ivo Katuji Morikawa	170,00
Idem	Idem	Benedito Fiel da Costa	495,00
Idem	Idem	Carlos Alberto Carvalho de Moraes	2.350,00
Idem	Idem	Paulo Bastos Atan Filho	9.400,00
Idem	Idem	Maelcio Oliveira de Souza	3.400,00
Idem	Idem	Débora Pinheiro Guimarães	320,00
Idem	Idem	Raimundo Nonato Leal de Souza	220,00
Idem	Idem	Simão Pedro de S. Vasconcelos	1.070,00
Idem	Idem	José Carlos de Vasconcelos Pessoa	1.300,00

Idem	Idem	José Antonio Monteiro dos Santos	524,00
Idem	Idem	Herdimir de Assis Moreira	15.000,00
Idem	Idem	Estevam de Oliveira castelo	3.740,00
Idem	Idem	Pedro Paulo da Costa Mota	930,00
Idem	Idem	Luiz Otavio Gonçalves Monteiro	600,00
Idem	Idem	Ivo José Xavier de Amorim	550,00
Idem	Idem	Maria das graças de Sousa	80,00
Idem	Idem	Otavio César Durans de Oliveira	80,00
Idem	Idem	Cristóvão Morelly K. Hashiguti	1.560,00
Idem	Idem	Ananias Silva Santa Brígida	1.900,00
Idem	Idem	Martha Parry de Castro M Nogueira	4.080,00
Idem	Idem	Geraldo N. Santos do Nascimento	1.260,00
Idem	Idem	Evandro José de Lima Raposo	125,00
Idem	Idem	José Carlos Barroso Junior	400,00
Idem	Idem	Lourival Cabral Dutra	4.150,00
Idem	Idem	Domingos Primo dos Santos	1.590,00
Idem	Idem	José Vaz Araújo	3.800,00
Idem	Idem	José Maria de Sousa Nunes	5.050,00
Idem	Idem	Maria Joana Baia Brito	780,00
Idem	Idem	Odemar da Conceição Silva	31.800,00
Idem	Idem	Raimundo Azevedo Arouche	5.196,00
Idem	Idem	Milton Leite Alves da Cunha	480,00
Idem	Idem	Dalton Hostalacio	550,00
Idem	Idem	Humberto Pinto Brito	1.360,00
Idem	Idem	Zila Cristina Bacelar Sidonio	550,00
Idem	Idem	Paulo Sergio Souza	2.800,00
Idem	Idem	Benedito Pompeu Portilho	800,00
Idem	Idem	Nélio Monteiro de Sousa	85,00
TOTAL			108.545,00

Anexo D – Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natrureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

PLANO DE PROVIDÊNCIAS

ACÓRDÃO nº 3121/2007 – TCU – 2ª CÂMARA

TC - 009.996/2006-0

Unidade Examinada: **SFA/MAPA-PA**

Código: **130094**

Cidade: **Belém/PA**

Parecer do TCU: **Gestão Regular com Ressalvas e Regular**

1. ***Cópia do Acórdão nº 3121/2007, determinações à SFA/PA:***

1.1- quanto aos processos de Admissão temporária e Concessão de Pensão Civil

1.1.1-registrar os processos de admissão e concessão de pensão civil no SISAC, conforme portaria TCU nº 44/02 e 113/03.

Posicionamento do Gestor em relação às determinações:

Memorando Gab/SFA/PA nº 51/2007 anexo,

Exemplar de Portaria de concessão de pensão civil contendo obrigatoriedade nos registros do SISAC e publicação no DOU.

2 - Quanto a suprimento de fundos:

Evitar a aquisição de bens e serviços em desacordo como estabelecido no art. 45 do decreto nº 93.782/86;

Abster-se de aprovar a prestação de contas de suprimento de fundos contendo documentos inidôneos ou sem valor fiscal.

Posicionamento do Gestor em relação às determinações:

Memorando Circular DAD nº 10, de 12 de abril de 2007, reunião com todos os servidores que utilizam o Cartão Corporativo orientando quanto a aplicação e prestação de contas.

3 - Quanto ao controle e inventário de bens móveis:

Dotar a unidade de controle eficaz e tempestivo de bens móveis;

Regularizar as pendências existentes no Inventário de Bens Móveis

Providenciar a apuração e responsabilização referente aos bens não localizados e relatados no Inventário;

Providenciar o desfazimento, de forma criteriosa, dos bens inservíveis e antieconômicos.

Posicionamento do Gestor em relação às determinações:

Providencias adotados com referência aos itens citados:

Memorando Circular DAD nº 11, de 01 de julho de 2007 – Recuperação de bens e equipamentos;

Processo nº 21030.001141/2007-47 – Constituição de Comissão de Alienação de Bens Móveis;

Comissão de Sindicância para apuração de bens não localizados.

4 - Quanto a execução e acompanhamento de contratos:

Efetuar pagamento de acordo com as condições estabelecidas no contrato;

Adotar as providencias necessárias ao ressarcimento dos valores pagos sem respaldo contratual;

Posicionamento do Gestor em relação às determinações:

Processo nº 21030.005358/2004-83 – Refere-se a ressarcimento de valores pagos sem respaldo contratual.

5 - Quanto a gestão de pessoal:

Observar a legislação pertinente aos atos de concessão de auxilio funeral, adicional de insalubridade e de pagamento de quintos e décimos;

Observar os procedimentos regulamentares pertinentes à prestação de contas de diárias, passagens e auxílio transporte.

Posicionamento do Gestor em relação às determinações:

Memorando Circular DAD/SFA-PA nº 12, de 02 de julho de 2007 – Prestação de contas de diárias – bilhete de passagem aérea.

Memorando Circular DAD/SFA-PA nº 14, de 06 de julho de 2007 – Auxílio Funeral

Processo nº 21030.001453/2007-51 – Refere-se a contratação de empresa especializada na elaboração de Laudo de Insalubridade.

6 - Quanto aos procedimentos licitatórios:

Abster-se de alterar o objeto adjudicado nas licitações;

Observar o inciso I, § 7º do art. 15 da Lei nº 8.666/93 que veda a indicação de marca;

Abster-se de desclassificar propostas com base em motivos irrelevantes, observando o art. 43, especialmente o inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

Utilizar a licitação na modalidade de Pregão para aquisição de bens e serviços comuns, nos termos do art. 4º do Decreto nº 5.450/2005.

Posicionamento do Gestor em relação às determinações:

Memorando Circular DAD/SFA-PA nº 15, de 06 de julho de 2007 – Com referencia a indicação de marca como critério de julgamento de propostas;

Memorando Gab/SFA-PA nº 51/2007 – Todos os demais assuntos foram tratados nesta reunião com a presença de todos os responsáveis dos setores administrativos da SFA/PA.

PLANO DE PROVIDÊNCIAS

Tipo de Auditoria :Acompanhamento da Gestão
Unidade Auditada :SFA/MAPA-PA
Código :130094
Exercício :2007 (Período: 01/01/2007 a 31/10/2007
Cidade :Belém/PA

Relatório nº :**200625/2007**

1. Item do Relatório de Auditoria: Impropriedades em processos de suprimento de fundos

Recomendação: 001

Recomendamos à Unidade que efetue melhoria em seus controles internos no tocante a Concessão de Suprimento de Fundos.

Posicionamento do Gestor: Concordamos parcialmente com as referidas recomendações por entendermos que resultarão em melhorias no sistema de controle interno da Superintendência. Eventuais impropriedades verificadas e ora debatidas não se constituem regra da atual gestão, mas sim exceção, que passaram despercebidas dos servidores responsáveis pela instrução e análise dos processos de prestação de contas de suprimentos de fundos de viagem ou não, que, necessariamente, antecedem e subsidiam a decisão do Gestor.

Subsidiariamente o Gestor emitiu o Memorando Circular nº 20, de 21/12/2007, determinando maior controle nessa área. Bem como, encaminhou cópias do Relatório em questão a todas as Unidades Administrativas e Técnicas envolvidas com fins de conscientização e acuidade na aplicação dos recursos públicos.

Justificativas do Gestor Financeiro:

Item "e" - A terceira concessão de suprimento de fundos (SF 39/07) concedida ao servidor Odemar da Conceição Silva, se deu em função da permanência do mesmo em Almeirim/Pa, no período de 29/3 a 17/4/07, a trabalho, no Plano Emergencial do Vale do Jarí, que tinha como objetivo a Detecção de Bactrocera Carambolae bem como combate ao foco de Laranjal do Jarí. A proponente, no caso, a Dra. Wilda da S.Pacheco, por imperiosa necessidade de serviço e de recursos, nos esclareceu das dificuldades que acarretaria a falta de recursos e, possivelmente, até ocorreria solução de continuidade, das atividades desenvolvidas naquela região, caso não fosse disponibilizado recursos financeiros, através de suprimento de fundos, diga-se de passagem a única forma de aplicação de recursos para aquela região. A mesma nos colocou também que uma das prestações de contas estava a caminho, via Correios. O que nos convenceu a efetuar a concessão, pois estava em jogo interesse público.

Item "g" - Operacionalmente é impraticável anexarmos fatura do CPGF, a qualquer Suprimento de Fundos, em face de que: As faturas só estão disponíveis, para impressão e pagamento, a partir do dia 10 do mês seguinte ao da aplicação; os suprimentos

de fundos à medida que são analisados e baixados no SIAFI, são encaminhados para a Conformidade Documental, no prazo máximo de 48 horas; Nenhuma fatura demonstra, totalmente, as despesas efetuadas com SF, apenas o faz parcialmente, em face dos prazos de aplicação e fechamento das faturas, pelo Banco do Brasil. Como ex: temos as despesas do processo acima, onde os períodos de aplicação vão de 16/4 a 15/5. Neste caso parte dos valores aplicados refletirão nas duas faturas, que vencerão em 10/5 e 10/6/07. Logo demonstra-se incompatibilidade nesta operação.

Recomendação: 002

Recomendamos a Unidade disponibilize os processos de concessão de suprimento de fundos de nº 21030.000375/2007-77 e 21030.001288/2007-37 à CGU-Regional/PA para análise.

Posicionamento do Gestor: Apresentamos os processos solicitados para subsidiar os trabalhos de Auditoria. Ao tempo em que os servidores envolvidos esclareceram tratar-se unicamente de lapso a não apresentação em tempo hábil.

2 - Item do Relatório de Auditoria: CONSTATAÇÃO (Falta de conclusão de processo de desfazimento de bens inservíveis e antieconomicos)

Recomendação: Conclua processo de desfazimento dos bens inservíveis e antieconomicos indicados pela Comissão Especial de Alienação de Bens Móveis instituída pela Portaria SFA/MAPA-PA nº 113, de 10/07/2007, assim que o Secretário-Executivo do MAPA libere o andamento dos processos de doação de bens móveis.

Justificativa do Gestor: Ao assumirmos o cargo de Superintendente da SFA/PA encontramos vários depósitos abarrotados com mais de 1.000 (mil) itens de bens móveis inservíveis, que foram recolhidos pelo fato de terem caído em desuso por razões como desgaste natural pela utilização e obsoletismo, todos possuindo Registro Patrimonial e constando na composição dos saldos nas contas do SIAFI e no Sistema de Patrimônio - ASI, na maior parte, com os valores oriundos ainda da época da aquisição .

Os bens, sobre os quais nos reportamos, são dos mais diversos gêneros (veículos, mesas, cadeiras, impressoras, estabilizadores de voltagem, aparelhos de ar condicionado, aparelhos de uso em laboratórios, e outros), encontram-se na condição de inservíveis, a grande maioria em precário estado de conservação. Ressaltamos que os locais onde os bens se encontram não são apropriados para esse fim, o que contribui para um desgaste mais acelerado pelo fato de estarem expostos às intempéries. A fragilidade das instalações dificulta a guarda, havendo

perigo iminente de desaparecimento ou extração indevidas de peças. Os bens foram recolhidos ano após ano e não foi concretizada nenhuma forma de desfazimento.

Verificamos que os trabalhos para desfazimento desses bens em oportunidades anteriores não foram concluídos. No segundo semestre do ano de 2007 foi constituída Comissão de Desfazimento, esta propôs doação a entidades beneficentes sem fins lucrativos reconhecidas como de utilidade pública pelo Governo Federal, todavia, as entidades tiveram seus certificados de filantropia com prazos vencidos, uma vez que, em pleno desenvolvimento dos trabalhos, houve paralisação das atividades pelo fato de determinação dessa Secretaria-Executiva, através do Memorando Circular nº 446/2007 – SE-MAPA, de 11.10.2007, para sobrestar qualquer doação de bens móveis, inclusive as que estavam sendo formalizadas até posterior deliberação da Secretaria Executiva.

No Boletim de Pessoal no Boletim de Pessoal nº 34, de 10.12.2007, foi publicada a Portaria nº 665, de 07.12.2007, da Secretaria Executiva deste Ministério, onde foram alteradas as disposições constantes no Manual de Material e Patrimônio aprovado pela Portaria SE nº 128, de 24.11.2003, onde consta que as doações poderão ser efetuadas pelos Órgãos Estaduais do Mapa, mediante aprovação do Secretário Executivo, desde que presentes razões de interesse social e após avaliação oportunidade e conveniência econômica, observando-se a classificação do material e sua destinação.

Foi constituída nova Comissão Especial de Alienação de Bens Móveis para dar continuidade nos processos de desfazimento (Portaria nº 002, de 03/01/2008, publicada no Boletim de Pessoal nº 001, de 10/01/2008, composta pelos servidores: Herdimir de Assis Moreira, Roberto Alves Rodrigues e Geraldo Natividade Santos do Nascimento.

Por conseguinte, citada Comissão já encaminhou à Administração Central em Brasília, o processo nº 21030.002068/2006-40, para doação de bens a uma entidade credenciada, cópia anexa, após aquiescência do Gestor, para análise e deliberação do Senhor Secretário-Executivo na forma da legislação pertinente. E aguarda legalização de outra Entidade junto ao Ministério do Desenvolvimento Social, para prosseguimento de outro processo inerente, conforme cópia de Certidão de protocolo em anexo.

3 - Item do Relatório de Auditoria: CONSTATAÇÃO (Pagamento de Diárias em Duplicidade).

Recomendação: Recomendamos à Unidade que adote medidas visando o recolhimento correspondente a 09 (nove) diárias (R$ 927,72) pelo colaborador eventual portador do CPF: 126.377.772-49;

Recomendamos, ainda, que passe a exigir dos colaboradores eventuais, no pagamento de diárias, que assinem termo afirmando que não estão recebendo pagamento de diárias de outros órgãos/entidades no período em que estiverem viajando a serviço da SFA.

Justificativas do Gestor Financeiro: O SEOF efetua pagamentos mediante documentos assinados pelas partes envolvidas e Ordenador de Despesas. No presente caso, a nosso ver, não houve pagamento em duplicidade por parte desta Superintendência, fato é que não foi detectado emissão de dois PCD'S e duas Ordens Bancárias para o mesmo favorecido, mesmo destino e mesma data. O que houve foi que o favorecido recebeu diárias de duas fontes diferentes, do Estado e da União. Neste caso como poderíamos saber se o favorecido (colaborador eventual) recebeu diárias pelo seu órgão de origem, se nos PCD'S não tinha nenhuma observação a respeito. E não é pela falta de controle que o fato ocorreu, pois pelos nossos procedimentos internos e pelo controle que fazemos antes de efetuarmos pagamento não dar pra detectar se determinado beneficiário recebeu diárias, para uma mesma programação de viagem de fontes ou Òrgãos diversos e independentes. Em que pese o acima exposto, foi emitido o Memorando GAB/SFA/Pa nr. 12/08 para a proponente do citado PCD – 239/07, com fins de resolver o impasse, informando que o beneficiário é domiciliado em Itaituba/Pa – fato que vai demandar um pouco mais de tempo

Posicionamento do Gestor: Encaminhamos Memorando GAB/SFA/MAPA-PA nº 012, de 29/01/2008, à Sra. Chefe do SEDESA para viabilizar junto ao colaborador eventual sr. Clovis Antonio Villacorta Vasconcelos o imediato recolhimento, aos cofres da União, no valor de R$ 927,72, através de GRU conforme copia anexa.

Com referência a segunda recomendação, o Gestor determinou aos Serviços Técnicos da SFA/PA, através do Memorando Circular GAG/SFA/MAPA-PA nº 005, de 29.01.2007, a obrigatoriedade de emissão do Termo ora recomendado, juntamente com o PCD dos colaboradores eventuais a serviço da SFA/PA.

4- Item do Relatório de Auditoria: CONSTATAÇÃO (Ausência de Registro de Concessão de Pensão no SISACNET).

Posicionamento do Gestor: Concordamos parcialmente com as referidas recomendações por entendermos que resultarão em melhorias no sistema de controle interno da Superintendência. Na Gestão anterior da Superintendência foi editada a Orientação Normativa º 01, de 18 de agosto de 2006, determinando a observação e cumprimento integral da legislação que regula os procedimentos de Concessão de Aposentadorias e Pensões Civis, de que trata a Lei nº 8.112, de 11/12/1990, combinada com a Instrução Normativa do TCU n° 44, de 02/10/2002. Bem como, sobre o acompanhamento gerencial permanente pelas Chefias do SRH, visando coibir a reincidência de eventuais falhas e exigir o pronto restabelecimento da normalidade de qualquer impropriedade verificada, se for o caso. E, consignando que a reincidência de tais falhas, está passível de apuração de responsabilidade.

Com referência ao Processo nº 21030.001437/2005-04, informamos que o cadastramento no SISACNET já havia sido feito, e encontra-se no TCU na situação de "Aguardando Parecer" conforme documentos anexos, fornecidos pela Chefia da SRH.

Quanto aos processos de concessão de pensão as beneficiárias com CPF nº 563.433.022-04 e 826.186.402-25, estamos encaminhando documentos comprobatórios dos registros lançados pela Seção de Recursos Humanos-SRH – Unidade responsável pelas concessões e registros de aposentadorias e pensões.

5. Item do Relatório de Auditoria: CONSTATAÇÃO (Falta de Fiscalização dos Contratos Vigentes e Portarias com Prazos Vencidos.

Recomendação: Recomendamos a Unidade que designe novos servidores para fiscalização dos contratos vigentes, levando em consideração o quantitativo adequado a fim de obter fiscalizações eficientes.

Posicionamento do Gestor: Conforme Despacho DAD nº 33/2007, em 07/12/2007, em resposta à NOTA DE AUDITORIA nº 200625/01 de 03/12/2007, já iniciamos o processo de indicação de novos Fiscais dos contratos vigentes na Superintendência, conforme Portarias nº 193/2007 e 012/2008, anexas.

6.Item do Relatório de Auditoria: CONSTATAÇÃO (Ressarcimento Parcial de Valores Pagos Sem Respaldo Contratual)

Recomendação: Recomendamos à Unidade que adote providências necessárias ao ressarcimento dos valores pagos sem respaldo contratual no valor de R$ 7.651,50, correspondente à diferença entre o valor apurado pela CGU-Regional/PA e o valor recolhido pela empresa contratada.

Posicionamento do Gestor: O Gestor em acatamento as recomendações constantes do Relatório dessa CGU-Regional/PA, encaminhou Oficio GAB/SFA/PA nº 089,de 29/01/2008, e Guia de Recolhimento da União-GRU a empresa solicitando o imediato recolhimento do valor questionado.

7- Item do Relatório de Auditoria: CONSTATAÇÃO (Registro de Conformidade Contábil com Restrição)

Recomendação: 001 – Recomendamos a Unidade que adote melhorias nos controles internos dos serviços de administração, orientando seus servidores para a observância dos prazos de registro de conformidade.

Recomendação: 002 – Recomendamos à Unidade que cientifique a Setorial Contábil, em tempo hábil, visando justificar as impropriedades contábeis do Balanço da Unidade Gestora.

Posicionamento do Gestor: Concordamos parcialmente com as referidas recomendações por entendermos que resultarão em melhorias no sistema de controle interno da Superintendência. E, especificamente na questão em pauta as inconformidades relatadas deram-se por motivos alheios às vontades dos servidores envolvidos, ou seja, por outras Unidades Gestoras que não se habilitaram aos procedimentos legais. Anexamos Memorando nº 02/2008/SETOR DE PATRIMONIO/SFA-PA e demais documentos comprobatórios.

8. Prazo limite de implementação das medidas procedimentais recomendadas em Relatório da CGU-Regional/PA:

Imediatas e no decorrer do presente exercício.

Anexo E – Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007 (Tabela anexa no processo)

Anexo F – Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/

\

ATOS	QUANTIDADE	REGISTROS NO SISAC QUANTIDADE
Admissão	12	(*)
Desligamento	0	0
Aposentadoria	04	04
Pensão	25	25

(*) Atos de admissão de Pessoal Efetivo, está unidade não tem competência para este tipo de registro, fica a cargo da Coordenação Geral de Recursos Humanos do MAPA.

Anexo XX da Portaria nº 323/2008-03-06

Informações sobre a composição de Recursos Humanos a serem solicitadas mediante emissão de solicitação de Auditoria

Descrição:	2007	
	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	291 (*)	(**)
Funcionários Contratados-CLT em Exercício na Unidade	0	0
Total de Pessoal Próprio (***)	285 (***)	(**)

(*) Dados extraídos do SIAPE até Março/2008
(**) Não foi possível a extração destes dados isoladamente do Sistema Integrado de Pessoal – SIAPE, pois é gerado conjuntamente os totais de valores pagos a servidores Ativos, Inativos, Pensionistas e Contratos Temporários (Lei nº 8.745/1993).
(***) Excluídos os cedidos e temporários, 6 (seis) no total.

Descrição:	2007	
	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança sem vínculo	0	0

Descrição:	2007	
	Qtde	Despesa
Contratações Temporárias (Lei nº 8.745/1993)	02	33.798,56

Descrição:	2007	
	Qtde	Despesa (R$)
Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	63	109.390,98
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	32	54.120,47
Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-
Estagiários	28	99.333,50
Total de Pessoal Terceirizado + Estagiários	123	262.844,95

Descrição:	2007	
	Qtde	Despesa (R$)
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	0	0
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	05	0

Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	05	0

Descrição:	2007	
	Qtde	Despesa (R$)
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	02	65.271,29
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	02	0
Total Pessoal Cedido pela Unidade	04	65.271,29

Descrição:	2007	
	Qtde	Despesa (R$)
Pessoal envolvido em ações finalísticas da Unidade	222 (*)	(***)
Pessoal envolvido em ações de suporte da Unidade	68 (**)	(***)
Total Geral	290	(***)

(*) Inseridos 5 (cinco) requisitados
(**) Excluídos 04 (quatro cedidos)
(***)Não foi possível a extração destes dados isoladamente do Sistema Integrado de Pessoal – SIAPE, pois é gerado conjuntamente os totais de valores pagos a servidores Ativos, Inativos, Pensionistas e Contratos Temporários (Lei nº 8.745/1993).

7 – Considerações Finais

A Superintendência Federal de Agricultura no Pará tem como objetivo cumprir as metas estabelecidas pelo governo Federal, com também aplicar recursos públicos de maneira eficaz.

Dentro do que propõe os Programas de Governo estabelecidos no PPA 2004-2007, as atividades realizadas obedeceram a um modelo legal vigente, cujos programas e ações sob responsabilidade e participação desta SFA/PA tiveram importância fundamental no desenvolvimento agropecuário regional com integração do meio rural ao urbano, com reflexos na melhoria de vida das pessoas.

Ademir Conceição Carvalho Teixeira
Superintendente da SFA/PA